Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Lideranças antissistema e os impactos no nível de confiança em instituições: Estudo comparado entre Brasil, México, Peru, El Salvador, Bolívia e Argentina

Amanda Marie

Brasília – DF
Novembro / 2025



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Lideranças antissistema e os impactos no nível de confiança em instituições: Estudo comparado entre Brasil, México, Peru, El Salvador, Bolívia e Argentina

Amanda Marie

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do professor Joscimar Silva

Brasília – DF

Resumo

O objetivo do trabalho é fazer uma análise sobre o nível de confiança nas instituições no Brasil, México e Peru, El Salvador, Bolívia e Argentina anterior às eleições de líderes antissistema e após o término do mandato. Estes países foram selecionados por terem eleito chefes do Poder Executivo que ganharam bases eleitorais criticando a democracia, sistema eleitoral e as instituições representativas como estratégia eleitoral, funcionamento do governo e outras questões. O enfoque é nos países da América Latina por possuírem uma história similar de colonização, democracias jovens e sistemas políticos similares. Utiliza-se uma análise descritiva da série histórica do Latinobarómetro, em que os dados foram coletados dos anos anteriores, durante e após o mandato dos presidentes analisados. Os resultados identificam um aumento no nível de confiança nas instituições políticas após a eleição de uma liderança antissistema.

Palavras-Chave:

Opinião Pública; Poder Executivo; América Latina; Discurso Antipolítica; Democracia.

Introdução

Mair (2013) observou que o sentimento de apatia política e desconfiança, por parte da população, começou a ser utilizado por candidatos como discurso político, estes se afirmando como não pertencentes à política, negando tanto os partidos políticos, quanto a política em si, se posicionando, assim, em um pedestal moral. Isso pode ser observado por uma lente populista, por se apropriar das crenças presentes no imaginário popular, e também pode ser reconhecido como uma tentativa de se conectar com a corrente de pensamento emergente, que tinha como retórica a ideia de que a sociedade está satisfatoriamente organizada e de a que intervenção estatal não só é desnecessária, mas nociva. Isto é, na chegada dos anos de 1990, o sentimento antipolítica foi disseminado na população e os políticos se portavam desta forma publicamente, promovendo um declínio do interesse por política pelas massas.

Dito isso, o fato observado por Mair é de que políticos que se elegeram sob a lente e o argumento antipolíticos aumentam o sentimento de apatia política na população. Entretanto, ao investigar este fato com a alteração de variáveis como, por exemplo, a soma de figuras políticas carismáticas e no contexto da América Latina, seria possível afirmar que a eleição de lideranças antissistema aumentaria o nível de desconfiança nas instituições democráticas que estes criticam?

Para responder a essa questão, foi analisado o nível médio de confiança nas instituições do Brasil, do México, do Peru, de El Salvador, da Bolívia e da Argentina, bem como o nível de confiança no ano anterior à eleição de uma candidatura antissistema e o nível de confiança durante os mandatos dessas lideranças. Ademais, a opinião pública das seguintes instituições serão investigadas: a satisfação com a Democracia em si, com o Congresso, com o Governo, com a Presidência, com a Instituição Eleitoral do país e com os Partidos Políticos.

De acordo com Moisés (2012) o conceito de confiança é:

> A crença de um indivíduo na ação futura das pessoas e/ou instituições, tendo como referência suas atuações passadas. É o repertório de cumprimento (ou não) das suas funções normativas que constituirá a intensidade da confiança a ser depositada (Offe, 1999; Moisés, 2005).Os cientistas sociais identificam dois tipos de confiança, que são classificadas de acordo com o objeto posto em análise pelo indivíduo. Quando o foco das atenções se dá nos comportamentos das pessoas, fala-se em confiança interpessoal. Por sua vez, na confiança institucional, o aspecto levado em consideração é o desempenho da instituição.

Nesse sentido, os estudos sobre a desconfiança institucional apontam que a temática multifacetada e que existem algumas variáveis que influenciam na confiança que são citadas por Moisés (2012):

> Adesão à democracia, pois abarca variáveis sobre preferência do regime democrático e valorização do voto e das eleições; o segundo fator é chamado de "partidos políticos" por incluir variáveis que se referem a avaliações dessas instituições, e o terceiro fator considera as relações entre o presidente e os partidos.

Dito isso, o nível de confiança institucional pode ser considerado como a base para manter a estabilidade de uma democracia, estando interligado com a orientação política dos cidadãos em relação ao regime. Além disso, foi observado que a população latina mantém crenças de que uma figura (ou, então, de que atitudes) autoritárias são positivas, fato que ameaça diretamente o funcionamento do regime político vigente (MOISÉS, 2012).

Na última década, ao redor do mundo, houve um aumento no número de surgimento de lideranças carismáticas alicerçadas em um discurso que critica e vilaniza as instituições democráticas. Tendo em vista que a América Latina, como um todo, possui uma similaridade em sua história, no que se refere, por exemplo, ao fato de se tratarem de democracias jovens, à colonização, à presença da Igreja católica e ao fato de possuírem sistemas políticos análogos. Sob esse prisma, esta pesquisa se enfoca em analisar os países desta região nos quais surgiram candidaturas à presidência com as características supracitadas. Nesse sentido, Silva (2022)

constatou que houve um aumento de desconfiança na democracia e nos partidos políticos nos países desta região a partir de, aproximadamente, 2007 com ápice em 2017.

O objetivo, pois, é investigar os impactos dos mandatos desses candidatos (quando eleitos) no nível de confiança nas instituições, para a posterior análise dos resultados. Dessa forma, é possível averiguar a consequência destes governos na confiabilidade dessas instituições, que são fundamentais para o funcionamento de uma democracia. Ademais, isso permitirá investigar se há uma discrepância entre o nível de confiança nas instituições e na aprovação do chefe do executivo em análise, para assim, compreender a percepção das populações destes países sobre o efeito dos governos antissistema.

De acordo com Silva (2022) e Norris (1999), a desconfiança política é frequentemente entendida como o resultado de um desapontamento com as instituições de representação política. Nesse contexto, a ascensão da extrema-direita tem sido associada a discursos antipolíticos (MIGUEL, 2019), que concentram o foco em figuras carismáticas e contribuem para a banalização da importância dos partidos políticos. Esse fenômeno, por sua vez, amplia a distância entre os cidadãos e a política, enfraquecendo a democracia (MAIR, 2015). No entanto, apesar dessa perspectiva explicar a forte emergência de figuras antissistema, que se ampara fortemente em um discurso antipolítico e conquistam o eleitorado de forma expressiva, ela falha em investigar as consequências da percepção popular em relação às instituições democráticas e sua satisfação com a democracia após tomarem posse, para compreender o impacto destes chefes do executivo no nível de confiança nas instituições e regime político.

Um exemplo emblemático desse paradoxo é a reeleição de Nayib Bukele, presidente de El Salvador. Em seu primeiro mandato, Bukele adotou medidas alinhadas com ideais da extrema-direita e, mesmo com um discurso claramente antipolítico, foi reeleito com 83% dos votos, tendo atingido essa marca já com 70% das urnas apuradas (G1, 2014). Esse caso desafia a noção de que a desconfiança política necessariamente leva ao afastamento dos cidadãos em relação às figuras de poder. Pelo contrário, sugere que, em certos contextos, a desconfiança nas instituições tradicionais pode coexistir com uma forte adesão a líderes antissistema, questionando assim a linearidade da relação entre desconfiança política e enfraquecimento democrático.

H0 (Hipótese nula): a eleição de lideranças anti-sistema **não altera a confiança** nas instituições democráticas.

Ha (Hipótese alternativa): a eleição de lideranças anti-sistema **aumenta a confiança** nas instituições democráticas.

Hat (Hipótese alternativa teórica): a eleição de lideranças anti-sistema **reduz a confiança** nas instituições democráticas.

Destarte, com o cenário de crise e desconfiança política presente na América Latina, surgem as lideranças antissistema, que são capazes de cativar o eleitorado com a promessa de agir de maneira diferente ao status quo. Ao tomar posse, o nível de confiança nas instituições aumentará, por conta da confiança na figura política eleita. Já que de acordo com Weber (2000) a liderança de domínio carismático, caracterizado por se utilizar de sua eloquência e charme, possui a "personalidade" para a política, de tal maneira que melhora a percepção dos cidadãos em relação ao governo e suas instituições e, dessa maneira, muni a engrenagem política.

Para constatar a hipótese, é necessário investigar se as lideranças antissistema ocasionam no aumento de confiança ou de desconfiança nas instituições; levantar dados sobre aprovação do governo prévia às eleições de lideranças antissistema; apontar os dados sobre a aprovação posterior às eleições; identificar, por meio de comparações, a variação no que tange os dados de aprovação das instituições em ambos os casos.

Dito isso, é preciso compreender o contexto de cada país analisado. O cenário político brasileiro é definido por uma polarização profunda. De um lado, o "lulismo" consolida uma força de esquerda que historicamente mesclou avanços sociais com políticas econômicas liberais. De outro, uma direita conservadora e neoliberal ganhou força após o impeachment de Dilma Rousseff e elegeu seu principal expoente, Jair Bolsonaro (SINGER,2012 ;BIROLI, 2017; AVRIZER, 2020)

No México, o domínio histórico do PRI, que durou setenta anos, chegou ao fim em 2000. Esse pluralismo emergente, após anos de insatisfação, levou a uma reconfiguração total do sistema com a vitória de Andrés Manuel López Obrador (AMLO) e seu movimento Morena em 2018, um projeto explicitamente antissistema. (CAMP, 2008; SILVA; TELLES, 2024).

A política peruana, por sua vez, é um caso crônico de instabilidade. A sucessão de renúncias e *impeachments,* como os dos presidentes Vizcarra e Castillo, expõe uma frágil institucionalidade e a rejeição da população às elites políticas tradicionais (CORONEL; ANGELES, 2024).

Na Bolívia, o conflito é mais identitário e territorial. A figura de Evo Morales centraliza uma divisão entre o projeto de Estado Plurinacional, com base indígena e rural, e uma oposição republicana de perfil urbano. Essa tensão culminou na renúncia de Morales em

2019, em meio a acusações de fraude eleitoral que dividiram o país (CASTROMIL; YÁÑEZ, 2024).

El Salvador apresenta o caso de uma liderança antissistema com amplo apoio popular. Nayib Bukele ascendeu ao prometer e executar uma guerra brutal contra as gangues, alcançando altos índices de popularidade e segurança, ainda que à custa de demolir pilares democráticos, como a independência do Judiciário, para se perpetuar no poder (ARELLANO, 2025).

Por fim, a Argentina viu seu tradicional bipartidarismo entre Peronismo e Radicalismo ser rompido pela eleição de Javier Milei. Líder de uma direita radical, Milei fundiu um liberalismo econômico extremo com bandeiras conservadoras, que navega um cenário de exaustão popular com as velhas coalizões e uma crise econômica crônica (LUCCA; IGLESIAS; FALOMIR; TALIA, 2024).

Democracia liberal e Desconfiança Institucional

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a democracia liberal se tornou o sistema político predominante ao redor do globo. Um sistema que se baseia na soberania popular, logo, demanda participação dos cidadãos para sua manutenção (MIGUEL, 2021). Durante o período em que este sistema se manteve como o prevalente, houveram a combinação de fatores que ocasionaram em uma crise, a qual precisa ser compreendida para a explicação do cenário político atual.

A crise da democracia liberal, mais especificamente na Europa, pode ser assimilada a partir de um conjunto de vetores decisivos. Um deles foi o fenômeno da globalização econômica e da evolução tecnológica, que agravaram ainda mais a desigualdade econômica, emergindo um sentimento de injustiça e descontentamento e alimentando uma onda de protestos e movimentos sociais que questionam o sistema político e econômico vigente. A revolução digital também ocasionou na ampliação de desinformação e transformou a estratégia de comunicação política, fato que será explorado adiante. Outra questão que recrudesceu a desconfiança na política foram os momentos em que as instituições “falharam” com a população e/ou foram incapazes de solucionar empecilhos danosos à população, a exemplo da crise financeira/econômica de 2008, que gerou desemprego em massa, despejamento, entre outras reverberações nocivas (CASTELLS, 2016; 2018).

Após a contextualização com enfoque no norte global, torna-se possível adentrar na história e na contextualização específica da América Latina. Por conta de múltiplos países desta região terem experienciado ditaduras militares durante, aproximadamente, as décadas de

1960 a 1980, a partir de meado de 1980 foi iniciado o processo de redemocratização e com a chegada dos anos 1990 a América Latina já apresentou sinais de durabilidade em suas democracias, algo que foi pontuado por Moisés (2012) e Huntington (1994) como a "terceira onda de democratização", fenômeno este que permeou principalmente os países contidos no leste europeu e na América Latina. Apesar de ter ocorrido este processo de redemocratização, os indicadores que apontam qualidade democrática -como Estado de Direito, *accountability* eleitoral e interinstitucional, participação e competição- (MORLINO, 2015) não emergiram durante esse período, inclusive, houve um declínio nestes medidores, principalmente, por conta da escassez de meios de acesso adequados para gerar trocas entre a sociedade civil e os líderes políticos (SILVA; TELLES; GARCIA; CARDOSO, 2025).

A falta de confiança nas instituições pertencentes à democracia liberal, atualmente, é um problema mundial, quando analisado pelo recorte da América Latina, o problema se torna ainda mais delicado por se tratar de um regime recém estabelecido, com histórico de regimes militares e falta de representação política, o que ocasiona em uma idealização do autoritarismo, desconfiança em partidos políticos, instituições e apatia à democracia. Adicionalmente, o crescimento de grupos que disseminam ideias antidemocráticas, tentativas de golpe de Estado, abertura de processos de impeachment, eleições de personalidades da extrema direita, ascensão de figuras e discursos religiosos que são a favor de pautas como a de restrição de direitos humanos, além da crescente de protestos antissistema. A conjuntura destes e outros fatores e contextos culminam na crise política vivenciada atualmente na América Latina. (SILVA; TELLES; GARCIA; CARDOSO, 2025).

Ademais, a corrupção afeta diretamente a percepção qualitativa da democracia por diminuir o nível de confiança nas instituições e promover a apatia política. Este problema não se trata de um mero desvio de caráter, e sim, de uma mazela sistêmica, encaradas como artifício/mecanismo de poder que verga as regras democráticas (FILGUEIRAS, 2008) e se torna uma estratégia, que é fortemente utilizada em campanhas políticas antidemocráticas, para criticar o governo vigente e ganhar percentuais de aprovação pessoal em detrimento da percepção das instituições democráticas (SILVA, 2022).

Outrossim, os partidos políticos na América Latina são estruturalmente frágeis, principalmente, por apresentarem dificuldades na defesa e na promoção dos interesses do eleitorado de forma consistente, o que gera uma crise de representação e um sentimento de desconfiança e insegurança por parte dos eleitores para com os partidos (BAQUERO, 2000). Além disso, Marques (2021) e Samuels (2008) afirmam que as carreiras brasileiras tendem a possuir um nível superior de autonomia, por conta dos custos elevados de campanha, que as

levam a serem autofinanciadas e coordenadas pelos próprios candidatos, o que acarreta em uma descentralização do partido e diminui o nível de gerenciamento e controle de candidatos e seus mandatos.

Como mencionado anteriormente, as plataformas de mídia também exercem um papel notório quando se trata da formação de opinião política da população. No que se refere às mídias tradicionais, pode-se enxergar um padrão de priorização de um candidato e de concessão de maior tempo de tela. Este fenômeno é perceptível especialmente no Brasil, devido à baixa diversidade de fontes de mídia, fato este associado ao monopólio familiar e empresarial que, a partir dessa concentração, controlam a narrativa de acordo com seus interesses. Ademais, a necessidade por parte dos candidatos de gozarem de tempo de tela aliada à dependência da mídia de fontes políticas cria uma relação simbiótica entre a mídia e a política, o que afeta diretamente a percepção da população acerca do sistema político, que se torna reduzida aos fatos apresentados (AZEVEDO, 2006).

Paralelo a isso, o amplo crescimento no uso de internet na América Latina (SILVA, 2022) transformou as regras do jogo, no que se refere às campanhas eleitorais e à percepção do eleitorado sobre a democracia. Nesse sentido, ao mesmo tempo que as novas plataformas digitais mudaram os paradigmas das campanhas eleitorais, elas permitiram a conexão de grupos de pessoas com aspectos políticos similares, que utilizam esta ferramenta para promover e organizar protestos, vide as Jornadas de junho de 2013 (TATAGIBA, 2014). As redes sociais se tornaram um espaço, também, para a cultivação de grupos de extrema direita, que podiam expressar opiniões conservadoras, anti-corrupção e antipolítica. No Brasil, por exemplo, as eleições de 2014 foram marcadas pela mobilização online, que fomentou grupos como o MBL, o VemPraRua e o Movimento Contra a Corrupção (MCC), os quais tiveram um papel importante nas mobilizações a favor do Impeachment de Dilma Rousseff (PENTEADO, LERNER; 2018).

Com o acúmulo destas condições, se cria o cenário ideal para o surgimento de uma figura carismática e autoritária, que é vista como capaz de tomar as rédeas das instituições políticas e resolver os problemas estruturais mencionados. (ADORNO, 1967).

Nesse sentido, exalta-se o uso do personalismo político, ou seja, quando se utiliza como ferramenta principal de convencimento a exaltação da figura da liderança e sua personalidade. A América Latina é especialmente suscetível ao surgimento deste tipo de líder, tanto devido às características culturais como o tradicionalismo, pelo fato de ser um local em que a democracia ainda é jovem e em processo de consolidação e quanto pela ineficácia do partidarismo (SILVA, 2018).

Os grupos de direita radical têm se tornado poderosos e ganham cada vez mais popularidade, isto não se trata de apenas uma reação a crise econômica e política presente, mas também, um movimento contra os direitos civis e as minorias sociais (TELLES,2018). Este movimento abarca um sentimento nacionalista, antipolítico, ant-intectualista e se baseia fortemente na propaganda política, não com o propósito de explanar sobre ideais políticos ou propostas, mas para se conectar com a audiência através das emoções, explorando o medo, ódio e ressentimento e isso é canalizado a uma figura vilanizada, seja alguma minoria ou a oposição política, além de promover a imagem da liderança carismática que embarca as características desse movimento (ADORNO, 1967).

Ou seja, essas figuras carismáticas se aproveitam do cenário de crise econômica e política para criticar o governo e promover o discurso antipolítico e aparentar ser diferente dos outros candidatos (FIGUEIREDO, 1998). Com o crescimento de plataformas alternativas para a disseminação de propaganda política, ocorre um fenômeno de descentralização da mídia tradicional e menos regulação sobre a procedência das informações, o que cria um ambiente perfeito para a propagação de notícias falsas, que alimentam a história contada aos eleitores, um vetor significativo para isto é o WhatsApp, que facilita o compartilhamento deste tipo de informação (SANTOS, 2019).

Brasil

O surgimento da onda conservadora, em conjunto com veias liberais econômicas, é um fato presente no Brasil. Para compreender isto, é importante analisar as razões por trás dessa corrente. O Brasil foi governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) durante quinze anos, fato este que foi interrompido pelo Impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Isto evidencia dois fatos: em primeiro lugar, a importância deste partido na história política no país, principalmente do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que, a partir de sua popularidade, acendeu o fenômeno do "lulismo", que, por sua vez, representa uma mediação de conflitos sociais e a amenização das desigualdades socioeconômicas da população brasileira. Em segundo lugar, é importante apontar para a crescente rejeição do povo perante algumas das medidas tomadas durante esse período, pelo fato de ter sido efetuado o processo de destituição da presidente Dilma Rousseff (PT).

Após este acontecimento, as dinâmicas do cenário político brasileiro aparentam ter sido alteradas, a partir do recrudescimento de movimentos sociais fortes do neoliberalismo e da extrema-direita, mas também de movimentos sociais organizados pela esquerda. Ou seja, desde então, a sociedade vive em um estado de constante rivalidade política, fato que se

intensificou e teve como consequência alguns marcos na história do Brasil: a eleição de Jair Bolsonaro (PL), em 1º de janeiro de 2019; a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para seu terceiro mandato, em 1º de janeiro de 2023; e os ataques de 8 de janeiro de 2023.

Para compreender o cenário político e a opinião pública sobre o cenário político atual e seus atores, é necessário fazer uma retrospectiva do surgimento da figura de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). A jornada política de Lula é notória e inaugurou um movimento intitulado de "lulismo", principalmente por ser uma figura de representatividade política para uma parcela significativa da população, que não sentia-se representada antes de sua ascensão ao poder. Lula surgiu como uma figura disruptiva, que conversava com a população de baixa renda. Contudo, após três eleições perdidas, ele se uniu a José Alencar (PRB), um empresário e pertencente a um partido de centro-direita e assinou carta-compromisso com garantias ao capital (SINGER, 2012), o que promoveu uma boa imagem perante aos empresários e ao mercado financeiro, que por sua vez, acataram as políticas públicas mais notórias de seu governo, como a Bolsa Família.

Apesar da política social de Bolsa Família, Lula interferiu com as privatizações e promoveu o liberalismo econômico durante seu mandato de 2002. Lula divulgou a "Carta ao Povo Brasileiro", onde se comprometeu a manter a estabilidade da moeda, o regime de metas de inflação e o câmbio flutuante, buscando garantir a governabilidade e tranquilizar os mercados, o que evidencia a manutenção de políticas implementadas pelo governo antecessor, de Fernando Henrique Cardoso. O equilíbrio entre pautas sociais e econômicas foi feito através de programas que tinham como o objetivo eliminar a fome e aumentar o poder aquisitivo das famílias de baixa renda. A estabilidade financeira e o crescimento econômico durante seus mandatos, fizeram com que ele mantivesse o apoio dos empresários simultâneo à ascensão econômica de uma antiga "classe C" (SALLUM e GOULART, 2012).

Contudo, o governo de Lula enfrentou um grande escândalo de corrupção, denominado "Mensalão", polêmica que envolvia uma acusação de que o PT pagou a diversos deputados uma quantia monetária proeminente, para que votassem de acordo com os interesses do partido. Este acontecimento foi situado em 2005 e, apesar disso, Lula foi reeleito. Todavia, este fato criou um grande descontentamento populacional e iniciou-se um sentimento de antipetismo. Simultaneamente a isso, contudo, uma parcela considerável da população permaneceu a favor de Lula, por conta de todas as políticas sociais por ele promovidas. Com isto, foi possível perceber um crescimento na polarização política, consequência direta das percepções negativas do eleitorado em relação aos governos do PT.

Outra questão central é que o grupo de antipetistas não tinha preferências ideológicas similares (BORGES e VIDIGAL, 2018).

Outrossim, a polarização representa a divergência quanto a ideologia política entre membros do eleitorado (BORGES e VIDIGAL, 2018). Este fenômeno se agravou especialmente durante as eleições de 2014, que viriam a posicionar o PT em comando do poder executivo por quatro mandatos seguidos, algo que foi contestado assim que os resultados do segundo turno foram revelados (BIROLI, 2016), o que contextualiza a opinião popular em relação a este governo desde o particípio. Entretanto, para entender o segundo mandato de Dilma Rousseff (PT) e seu Impeachment, é necessário retroceder para as eleições de 2010, que foi sua primeira posse como Presidente da República. O sentimento de "lulo-petismo" foi capaz de eleger a candidata, por ser a sucessora de Lula. Isto é uma consequência da melhoria das condições de vida de pessoas de renda média baixa durante o período de governo de Lula. Durante junho de 2013, houveram manifestações referentes ao Movimento Passe Livre, algo que afetou diretamente a eleição de 2014, por emergir o sentimento de insatisfação por parte da população.

Por conseguinte, o fenômeno da "terceira via" foi relevante para as eleições de 2014, pelo fato de que Marina (PV) cresceu bastante nas pesquisas, por ter bases ideológicas sociais e pelo falecimento de Eduardo Campos (PSB). Todavia, o candidato Aécio Neves (PSDB) foi ao segundo turno com a então presidente e perdeu por 3.459.963 votos (REIS, 2014). A partir deste ocorrido, alguns atores políticos iniciaram o processo de questionamento, que culminaram em seu Impeachment.

Dois grupos protagonizaram, desde então, as ações com o objetivo de depor Dilma Rousseff. O primeiro consiste nos perdedores das eleições e é capitaneado pelo PSDB. O segundo, que ao longo do tempo engrossou cada vez mais o caldo do impeachment, é formado por políticos que não enxergam no governo eleito um escudo contra os processos de corrupção nos quais figuram como acusados e como réus. Nesse caso, os comandantes são do PMDB: o presidente da Câmara Eduardo Cunha, o vice-presidente da República Michel Temer e parlamentares que aqui faço representar pelo senador Romero Jucá, que tem assento no Senado desde 1995 e coleciona posições de liderança e alianças tão variadas quanto os processos de corrupção nos quais foi e é citado (BIROLI, 2014).

A reação destes parlamentares está relacionada ao medo da Lava-Jato, que foi uma investigação conduzida pela Justiça Federal, para averiguar uma grande operação de lavagem de dinheiro no Brasil. Através de atenção midiática e gravações de conversas entre Dilma e

Lula, foi possível criar um clima desfavorável para a presidente nos olhos da sociedade. Outro fato relevante é de que a Dilma não fez os mesmos esforços conciliadores que Lula para agradar os empresários. Isto resultou em um descontentamento destes com o governo da presidente, o que auxiliou na inflamação de seu caso de Impeachment e a posse de seu vice, Michel Temer (MDB) (BIROLI, 2014). O governo de Temer se adequou com as expectativas empresariais e reduziu alguns direitos trabalhistas, alguns dos exemplos de medidas tomadas por este são reduções de tarifas de importação, incentivo para exportadores, reforma trabalhista e previdenciária.

Após o Impeachment de Rousseff foi possível notar as mudanças da balança de poder existentes na política brasileira. A influência do neoliberalismo está presente desde o início do governo de Lula, com suas medidas econômicas, contudo, o discurso e a pressão pela privatização exponencia a partir do mandato de Michel Temer. Através desta análise, é possível notar alguns traços que surgiram e continuam agravando, como o controle direto sobre os recursos políticos, pela mão de grandes empresários, isto atenua as margens de negociação entre o governo, movimentos sociais e até a classe empresarial. Outro ponto notável é o agravamento do discurso reacionário moral e conservador, pela junção destes aspectos é possível notar as características da nova direita, que se constitui do neoliberalismo e do conservadorismo moral (BIROLI, 2017).

Dito isto, é valioso destrinchar quem representa este perfil de neoliberalismo e conservadorismo moral e quais são seus interesses. Alguns exemplos de representantes desta pauta são o Movimento Brasil Livre (MBL)-Uma entidade sem fins lucrativos com objetivo de defender a democracia, a república, a liberdade de expressão e de imprensa, com representantes como Kim Kataguiri(UNIÃO-SP) e Fernando Holiday-; o Vem Pra Rua-Página que visa aumentar a presença de pessoas que acreditem em um Estado desinchado, tem como coordenador, Rogério Chequer-; e o Revoltados Online- Tem como objetivo combater a corrupção, além de fazer reportagens sobre o Bolsonaro, tem como figura proeminente, Beatriz Kicis (PL-DF)-. Um nome notório que ganhou popularidade durante o período de 2016 a 2018, foi o Jair Messias Bolsonaro (PL), que nesta época era o deputado federal mais votado do estado do Rio de Janeiro havia propulsionado seus três filhos para a vida política. Algumas de suas ideologias centrais que fortalecem este grupo é o Discurso Antipetista: Corrupção e Crise econômica; Conservadorismo moral: Família Tradicional, Fé Cristã, Anticomunismo;Neoliberalismo: Estado Mínimo, Meritocracia, Corte de Políticas Sociais. (MESSENBERG, 2017).

Com o crescimento da popularidade de Jair Bolsonaro (PL), este se candidatou às eleições presidenciais, onde durante uma passeata de rua, levou uma facada, que o impediu de participar do debate público, que ocorre durante o processo eleitoral, este contexto apenas reforçou a narrativa de violência de Bolsonaro, que defende medidas de segurança públicas rígidas e até mesmo o porte de armas. Todo o cenário político-histórico-social mencionado previamente culminaram na eleição deste candidato. Um fato digno de ser citado:

> Durante a votação do impeachment de Dilma (...). Nas declarações, o nome de Deus apareceria diversas vezes, evocado pelo pastor Marco Feliciano e pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, entre muitos outros. No entanto, o voto que representaria o auge do discurso de ruptura seria proferido pelo então deputado Jair Bolsonaro: "Neste dia de glória para o povo, tem um homem que entrará para a história. Parabéns, presidente Eduardo Cunha (..). Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (..) o meu voto é sim". Ao homenagear o mais conhecido torturador do período autoritário em nosso país, seu voto seria a expressão mais contundente do novo período em que o Brasil entrara. (AVRITZER, 2020, p. 10)

Este discurso retoma alguns dos tópicos elencados anteriormente, como o conservadorismo e o antipetismo, no caso do discurso, o passado visto com nostalgia é a ditadura militar. Por conseguinte, analisando o eleitorado de Bolsonaro nas eleições de 2018, é possível perceber a relação entre a satisfação com o governo de Temer com o voto em Bolsonaro. Quando avaliavam o cenário econômico como melhor ou igual durante os últimos 12 meses, aumentavam a chance de voto no Ciro Gomes. Outra variante que mostrou resultados gritantes foi a religião, sendo protestante aumentava a chance voto em Jair Bolsonaro. Apesar do então candidato ser católico, sua imagem e sua campanha foi atrelada à igreja protestante, um exemplo de um comportamento que o aproximou da igreja evangélica foi seu batismo no Rio do Jordão, em 2016, por um pastor reconhecido (AMARAL, 2020).

Em virtude da influência dos valores cristãos no pensamento político atual, é fundamental compreender esta dinâmica. A ascensão de figuras religiosas protestantes na política brasileira ocorreu na década de 80, quando aumentaram a quantidade de representantes parlamentares de dois para dezoito no Congresso Nacional. Esta presença foi facilitada pela redemocratização. Estas figuras estão atreladas ao conservadorismo e ao moralismo, por isso surgiu como resposta aos movimentos feministas e à diversidade sexual. As figuras pentecostais carismáticas têm como um de seus objetivos instaurar uma nova política com bons costumes no país. Também é válido ressaltar a diferença do olhar do Estado e do eleitorado para os líderes católicos e protestantes, pois no primeiro, são vistos com um

nível de escolaridade e de inteligência maior, enquanto o último caso é visto como mais carente financeiramente e socialmente. A proeminência desses atores políticos é um fruto do processo de democratização, que, contraditoriamente, é um dos fatores que dificultam o desenvolvimento da democracia (MACHADO, 2015).

México

Para compreender o contexto político do México é necessário retomar aos anos 1990, quando o país passou por uma tremenda transformação em seu modelo político, com a introdução do sistema eleitoral. Isso ocasionou uma renovação política decorrida da vitória eleitoral de Vicente Fox, pertencente ao *Partido Acción Nacional* (PAN), o que delimitou uma nova era, tendo em vista que o país esteve em domínio do mesmo partido político, *Partido Revolucionario Institucional* (PRI), por sete décadas (CAMP, 2008). O PRI possuía controle político hegemônico, alcançado através de cooptação, autoritarismo e controle do processo eleitoral, o que permitia certo nível de estabilidade, mas uma baixa participação política (SILVA; TELLES, 2024).

O governo de Fox, político considerado *party adherent,* contrastou com o padrão antigo de *party insiders*. Estes governos, combinado com a democratização, iniciaram uma dinâmica de pluralismo competitivo que exigiu novas competências dos políticos e alterou a realidade de recrutamento político no México (CAMP, 2008).

Os partidos também passaram por transições, e o PRI foi pressionado a abandonar a tradição do *dedazo*, em que escolhiam os candidatos por preferência interna para haver maior possibilidade de competição política. Já no PAN, houve uma bifurcação na liderança interna, entre *stakeholders* do setor empresarial e *insiders* estabelecidos, ou seja, burocratas políticos (CAMP, 2008).

Durante o período de 2000 a 2020, a população mexicana demonstrou baixo nível de apoio à democracia (47%). Ademais, o país passou por um período, de 2012 a 2015, de protestos intensos, com foco na economia e na política, organizados por movimentos estudantis e sindicatos através de mídias sociais, com movimentos como #YoSoy132, que reivindicavam pela democratização dos meios de comunicação (SILVA; TELLES; CARDOSO; GARCIA, 2024).

Apesar do México ser um dos países dentro da pesquisa com maior confiança no Congresso (média de 34% durante o período de 2000-2020), a confiança nos partidos políticos e no governo estavam em declínio durante o mandato de Enrique Peña Nieto, alcançando um nível de aprovação de 46% em 2013. Um momento decisivo para o país foram

as eleições presidenciais de 2018, em que o *Movimento de Regeneración Nacional* (Morena), fundado e liderado por Andrés Manuel López Obrador (AMLO) rompeu com a dinâmica hegemônica bipartidária presente no país, que marca o ano em que o sistema político for reconfigurado definitivamente. AMLO foi um líder do PRI e do *Partido de la Revolución Democrática* (PRD) antes de fundar o Morena, em que ele associou fortemente com sua imagem e foi capaz de construir através de grande presença nas mídias sociais, criticando fortemente os partidos políticos tradicionais (SILVA; TELLES, 2024). Sua sucessora, a atual presidente Claudia Sheinbaum, do partido Morena, da continuidade ao movimento progressista e popular, tendo sido bem recebida pelos votos absolutos, com mais de 30 pontos percentuais de diferença de seu adversário e, também, pelo atual índice de aprovação de seu governo, que alcança números expressivos.

Peru

O caso do Peru trata de ser o com maior instabilidade quando o tópico é crise de representação da América Latina, um grande indicativo disto é o fato de que desde 2000, apenas 3 presidentes foram capazes de concluir o mandato, por conta de renúncias presidenciais sucessivas, além disto, o país possui poucos movimentos sociais e com baixo engajamento, crises econômicas e problemas institucionais. Este país transitou um período de colapso durante os anos 1990 e permaneceu com uma frágil institucionalização desde 2001. Apesar da instabilidade, o nível de confiança nos partidos políticos e a adesão à democracia atingiram suas taxas mais baixas em 2020 (43%). Em 2020, uma coalizão liderada por conservadores e políticos que representam os interesses privados no Congresso orquestraram o Impeachment do Presidente Martin Vizcarra, após este acontecimento, o Presidente Manuel Merino, que assumiu após a saída de Vizcarra, que assumiu uma postura autoritária e seu *modus operandi* gerou grande descontentamento populacional, que eventualmente realizaram um grande protesto natural, que levou à renúncia de seu cargo em apenas 6 dias de mandato (CORONEL; ANGELES, 2024).

Posteriormente ao golpe, o Francisco Sagasti, pertencente ao Partido Morado- um partido de centro e progressista- assumiu a presidência, que foi recebido com certa expectativa positiva, ou seja, houve uma renovação de confiança (SILVA; TELLES, 2024).

A eleição posterior, de 2021, teve como vitorioso o candidato Pedro Castillo, do Partido *Peru Libre* (PL), conhecido por ser pertencente à esquerda radical, este político possuía pouca experiência política previamente a sua campanha. Trata-se de um professor rural, algo inédito por se tornar o primeiro presidente de origem rural em dois séculos, seu

opositor de segundo turno, Keiko Fujimori chegou a alegar fraude eleitoral quando foi derrotado, sem alguma evidência, apesar disso, Castillo assumiu e esta intercorrência engajou sua base eleitoral, que viajaram até Lima para protestar tais acusações. Além de suas pautas ideológicas, sua campanha criticou fortemente os partidos tradicionais (CORONEL; ANGELES, 2024).

Após, aproximadamente, um ano de mandato foi-se formada uma coalizão no Congresso para retirarem Pedro Castillo, por conta de sua tentativa de golpe de Estado, em que chegou até a anunciar o fechamento parcial do Congresso e nesta ocasião relatou que governaria o país através de decretos e que a população possuiria um toque de recolher. No mesmo dia foi formada uma coalizão no Congresso para aprovar o Impeachment de Pedro Castillo (CNN, 2025), realizado com auxílio de Dina Boluarte, que atuou como presidente até outubro de 2025. (CORONEL; ANGELES; NETO, 2024). Recentemente, o ex presidente foi condenado a 11,5 anos de prisão (CNN, 2025).

El Salvador

O caso de El Salvador é um dos mais emblemáticos na América Latina quando se trata de lideranças antissistemas. O atual presidente, Nayib Bukele, surgiu em 2019 como uma alternativa à hegemonia bipartidária que alternava o governo no país e que ficou marcada por uma ampla insatisfação e desconfiança nas instituições políticas, por parte da população (LIRA, 2024). Uma das pautas mais sensíveis e críticas da política nacional era a violência e a insegurança no país, em especial das gangues, conhecidas como *maras*.

Bukele, então, surge como uma figura de fora da política, com ideais novos, com uma estratégia de uso de redes sociais para aumentar sua popularidade e com uma ideologia autoritária (ARELLANO, 2025). O grande foco do governo de Bukele, que está sendo observado, também, em seu segundo mandato, está na política de segurança, com uma estratégia de encarceramento em massa que carrega fortes contradições. Apesar da redução significativa dos índices de violência no país, o governo acumula diversas acusações de violação de direitos humanos.

Além disso, outras contradições, em relação ao desmonte das estruturas democráticas, são observadas em El Salvador. Uma nova interpretação da legislação eleitoral permitiu à Bukele sua reeleição, a ameaça ao legislativo para aprovação de verbas voltadas para a sua política de segurança, a redução do número de parlamentares e a destituição de juízes de carreira são algumas das medidas implementadas que reforçam o enfraquecimento das estruturas democráticas (ARELLANO, 2025).

Por outro lado, os números e as porcentagens acerca da satisfação da população com o governo de Bukele e acerca da confiança dos salvadorenhos nas instituições políticas são expressivamente altos, mostrando a popularidade que o presidente de El Salvador alcançou. Os relatos mostram, também, que a população, em sua maioria, aprova o mandato de Nayib Bukele, e sente-se mais segura após suas ações (ARELLANO, 2025).

O caso de El Salvador traz a reflexão de até que ponto as instituições democráticas são priorizadas frente à solução de problemas estruturais da sociedade, e de até que ponto o autoritarismo pode receber apoio e validação popular para impor e praticar suas ações com a legitimação do povo.

Bolívia

A Bolívia apresenta uma certa volatilidade quando se trata de apoio à democracia, que caiu de 71,42%, em 2011, para 52,83% em 2018. Os conflitos políticos do país estão intrinsecamente ligados às disputas e pautas indígenas, geográficas, religiosas, sociais, raciais, culturais e identitárias. Algo que transborda um conflito partidário simples, mas que são elementos que aumentam a polarização política do país e a ressonância partidária. A sociedade está dividida entre dois principais grupos sociais antagônicos: os *Pititas*- representam a oposição a Morales, grupo urbano e não-indígena, favoráveis à República da Bolívia- e os *Masistas*- apoiadores de Morales, população rural, indígena e favoráveis ao Estado Plurinacional (CASTROMIL; YAÑEZ, 2024).

Os *Pititas* lutam pela reinstauração da República Bolívia, que foi substituída pelo Estado Plurinacional em 2009. Enquanto os *Masistas* apoiam a bandeira Wiphala, um símbolo indígena e defendem os direitos adquiridos com a instauração do Estado Plurinacional (CASTROMIL; YAÑEZ, 2024).

É dubitável qualquer tentativa de explicar a história política da Bolívia sem compreender a figura de Evo Morales. Sua primeira vitória eleitoral presidencial ocorreu em 2005, considerada uma grande conquista para o povo indígena boliviano, que conquistaram o direito ao voto apenas em 1952, ou seja, esta população sofre por se caracterizar como uma minoria social, com menos direitos e liberdades. Ao decorrer do governo, Morales alterou o nome do país para Estado Plurinacional, redigiu uma nova constituição, estatizou refinarias e empresas para reduzir o nível de pobreza. Evo pertenceu ao partido de ideologia esquerdista, *Movimiento al Socialismo,* até 2019, em que foi expulso por conta de conflitos internos e formou outro partido denominado de *Evo Pueblo*, este permaneceu no poder durante 13 anos (2006-2019). Após grande sucesso eleitoral e aprovação populacional, este presidente buscou

o quarto mandato e para isso o seu partido almeja uma reforma constitucional para que isso fosse possível. E em fevereiro de 2016 foi convocado um referendo para discutir a possibilidade e a opção contra esta reforma constitucional foi a mais votada, contudo o MAS recorreu ao resultado e, eventualmente, a Corte autorizou (CASTROMIL; YAÑEZ, 2024).

Em 2019, após uma crise, houveram inúmeros protestos, considerados como a "Revolução *Pitita"* para contestar a eleição de 2019, que alegavam haver fraude eleitoral. Adicionalmente com o relatório da Organização dos Estados Americanos (OEA), uma organização que tem como um de seus objetivos a observação eleitoral, que afirmou que houve interferência no resultado eleitoral e com a perda do apoio das forças armadas, Morales foi forçado a renunciar seu cargo. O cenário de polarização apenas se intensificou após esta crise, com uma disputa pelo domínio da narrativa entre "golpe de Estado" orquestrado pela direita boliviana ou "fraude eleitoral" cometida por Evo para se manter no poder. (CASTROMIL; YAÑEZ, 2024).

Após a saída de Morales, Janine Áñez, da Unidade Democrática, partido pertencente à direita boliviana. Este governo foi marcado por uma grande presença do conservadorismo, que com seu governo o estado de polarização do país agravou, com 45,4% da população que acredita que a presidente arquitetou o golpe de Evo, enquanto 49,5% tem como crença que o partido MAS cometeu fraudes eleitorais e as consequências disto são sentidas até o presente. Com isso é possível notar o padrão identitário da polarização na Bolívia, pois a população tem necessidades distintas de representação e representatividade que ocasiona no surgimento de figuras como Morales e Janine. Seguidamente, ao mandato de Áñez, Luis Arce, do partido MAS assumiu a presidência (CASTROMIL; YAÑEZ, 2024).

Argentina

Na Argentina, o processo de redemocratização ocorreu em 1983 e é necessário compreender a dinâmica de partidos políticos, ideologia, recrutamento, seleção política e reformas institucionais para analisar a situação política atual. O sistema eleitoral foi um dos sistemas da máquina democrática que foram adaptados. Entre os períodos de 1983 a 1989 o presidente do país era selecionado pela via do colégio eleitoral e, o mandato possuía a duração de 6 anos e o presidente não poderia concorrer à reeleição. Em 1994, houve uma reforma constitucional que estabeleceu três principais mudanças, como: a partir disto, o presidente é selecionado a partir de eleições diretas e de dois turnos, exigindo 45% de votos válidos ou 40% com uma margem de ao menos 10% para ser considerada uma vitória de primeiro turno;

também alteraram o tempo de mandato de seis anos para um de quatro anos em que o chefe do poder executivo pode concorrer a reeleição (LUCA, 2008).

Os maiores e mais tradicionais partidos do país são o Partido Justicialista (PJ), com ideologias herdadas do peronismo-movimento derivado de figura histórica e política, Juan Domingo Perón, que possui um viés populista, mas que muitas vezes transbordam o espectro político de direita e esquerda- e a União Cívica Radical (UCR), um partido que defendeu sufrágio universal, e é membro da Internacional Socialista. Apesar da facilidade e flexibilidade de formação de novos partidos para concorrer às eleições na Argentina, nenhum candidato presidencial foi viável sem o apoio do PJ ou UCR (LUCA, 2008). Até as eleições de 2023, que elegeram Javier Milei, com o partido *La Libertad Avanza* (LLA).

Dito isto, é possível concluir que a seleção dos candidatos e recrutamento político é extremamente concentrado nos partidos políticos, o que ocasiona em lideranças políticas fortemente vinculadas ao partido, seja de forma ideológica ou burocrática. Isso ocorre por conta do grau inferior de competitividade eleitoral, organização partidária descentralizada e baseada em princípios de patronagem, *pork-barrel politics* e clientelismo (LUCA, 2008).

Exposto a base e origem política da Argentina, é possível analisar as figuras políticas e a realidade contemporânea do país. O governo de Néstor Kirchner, pertencente ao PJ, em que o mandato ocorreu de 2003 a 2007, causou grande impacto, por um lado ocasionou o nascimento e consolidação do movimento e corrente do Kirchnerismo, e, em oposição a isso, a greve agrária de 2008. (LUCCA; IGLESIAS; FALOMIR; TALIA, 2024).

Este conflito ocorreu por conta da Resolução 125, que instituía retenções móveis sobre a exportação de um conjunto de produtos agropecuários de alta rentabilidade. Estas retenções consistiam de uma taxa que crescia e declinava congruentemente ao preço internacional. Esta decisão ocorreu por conta da alta inflação nos preços dos grãos, especialmente a soja. Esta greve durou 120 dias, que simbolizou o prazo do Congresso anular a medida. O governo argumentava que a resolução foi arquitetada para frear a "sojização" e auxiliar a população desfavorecida e , com isso, melhorar a distribuição de renda. Enquanto os líderes do setor agrário alegaram que este problema não representava todo o setor e nem sequer melhorou a questão para aqueles que vivem e dependem do campo. Porém, quando se analisa este acontecimento de uma visão periférica, é possível afirmar que o aumento do preço de commodities no mercado externo gerou lucros exorbitantes e ocasionou uma colisão de setores dominantes (MANZANAL; ARZENO, 2010).

Como mencionado, o confronto interrompeu a hegemonia política exercida por Néstor e seu partido e criou espaço para o crescimento de uma "nova direita conservadora", tal

oposição liderada por Mauricio Macri. (MANZANAL; ARZENO, 2010). Apesar do declínio em aprovação causado pelo ocorrido citado, Cristina Fernández de Kirchner, esposa e representante dos ideais peronistas e de seu marido, venceu as eleições de 2011. Ao final de seu mandato, os ideais Kirchneristas haviam se desgastado e Fernández não poderia concorrer à reeleição. Somando isso ao fato de que Mauricio apenas cresceu em popularidade e seu partido formou uma coalizão com UCR, denominada de *Cambiemos, e teve* vitória de segundo turno em 2015. Já nas eleições de 2019, *Cambiemos* se transformou em *Juntos por el Cambio* (JxC) e se tornou a coalizão dominante e formou uma coalizão opositora, a Frente de Todos (FdT), liderada por Alberto Fernández e Cristina Fernández. Nesta campanha, o discurso adotado pel FdT era o de aumento salarial para os trabalhadores e a luta contra a fome, enquanto o discurso de Macri afirmava que era possível permanecer em sua trajetória de mudança e afastar a Argentina dos 70 anos de populismo e Peronismo (LUCCA; IGLESIAS; FALOMIR; TALIA, 2024).

Seu mandato foi manchado pelos efeitos da pandemia de COVID-19 e pelo isolamento obrigatório, que causou indignação nas classes sociais média e média alta, e alguns setores populacionais aderiram ao discurso de que o isolamento era contrário à liberdade e por isso era um confinamento, algo que estimulou a consolidação de ideologias de extrema direita. As eleições de 2023 contaram com o inesperado êxito de Javier Milei-Victoria Villarruel, com o partido *La Libertad Avanza*, algo que rompeu o monopólio concorrente entre os partidos PJ e UCR. Durante sua campanha, Milei se posicionou contra toda a classe política e defendeu mudanças radicais, como a dolarização, a reforma do Estado e a privatização da educação. A oposição tradicional, representada por JxC, também se utilizou do discurso de mudança, contudo a percepção popular sobre esta coalização e seus candidatos ficou poluída por conta das falhas ocorridas durante o mandato de Macri. Já o candidato selecionado para personificar o Peronismo, pela coalizão *Unión por la Patria*, foi o Sergio Massa, formal ministro da economia, que tinha como *slogan* “Defender a Pátria” (LUCCA; IGLESIAS; FALOMIR; TALIA, 2024).

O LLA uniu duas tradições de direita que estavam separadas: o nacionalismo e o liberal-conservadorismo se tornando o partido que representa a direita radical que obteve o maior suceeso eleitoral desde a redemocratização de 1983 . Além disso, a vice de Milei, Victoria Villarruel, é pertencente a uma organização que reivindica as ações dos militares durante a ditadura. Houve uma aliança entre estas duas famílias tradicionais, Milei e Villarruel, que se uniram durante o período de protestos, de 2012 a 2013, que favoreceu a

coalizão *Cambiemos* naquele momento, mas que formaram um grande poder político futuro (LUCCA; IGLESIAS; FALOMIR; TALIA, 2024).

Metodologia

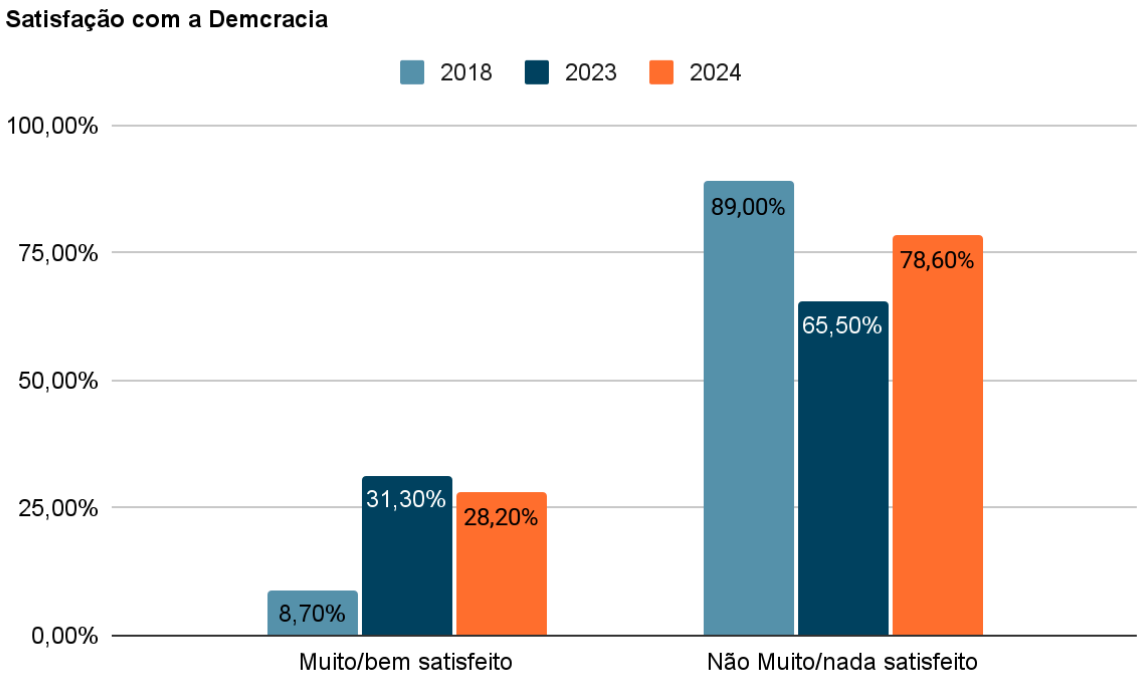
A principal variável analisada são os índices de confiança nas instituições, estas são de caráter quantitativa contínua, uma variável dependente, por se tratar do efeito da segunda variável. Também é importante inserir a variável são os anos dos mandatos dos presidentes de cada país, variável independente, por ser o fator que influencia o primeiro citado.

As unidades de análise são dos índices de confiança e aprovação sobre as Instituições Nacionais, como o Congresso; o Governo; a Presidência; a Instituição Eleitoral do país; os Partidos Políticos e a satisfação com a Democracia.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi necessário utilizar da literatura sobre opinião eleitoral, cultura política e história política de cada país analisado, a fim de reconhecer o padrão encontrado nos dados. Para a operacionalização das variáveis, a base de dados foi extraída da série histórica do Latinobarómetro, que exibe a taxa de confiança de cada variável dependente selecionada. A técnica de análise designada para este trabalho foi a estatística descritiva, para interpretar e constatar a variação no resultado de confiança nas instituições.

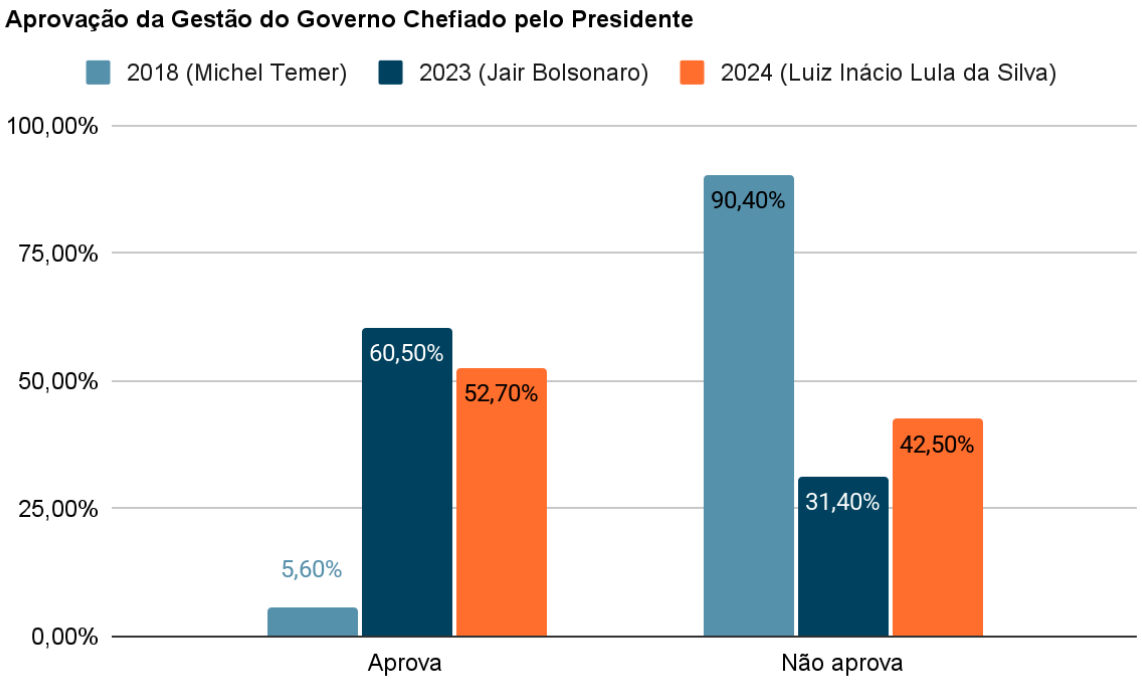
Ademais, sobre o processo de coleta dos dados e de que maneira foram processados, Foram realizadas entrevistas presenciais com amostras nacionais representativas da população de cada país, de todos os habitantes com 18 anos (exceto no Brasil, onde a maioridade para votar é de 16 anos) ou mais que residem no respectivo território. A margem de erro das amostras nacionais é de 3,0% e a margem de erro da amostra total da região é de 1,0%.

Gráficos que representam os resultados coletados no Brasil:



No contexto brasileiro, as datas correspondentes aos dados representam o ano anterior à eleição de Jair Bolsonaro (2018) , um durante seu mandato (2023) e um após a conclusão de sua presidência. Dito isso, em 2018 o país passava por um período de expressiva insatisfação com a democracia brasileira. À época, a presidência da república era ocupada por Michel Temer, que assumiu o cargo em 2016, após o Impeachment de Dilma Rousseff.

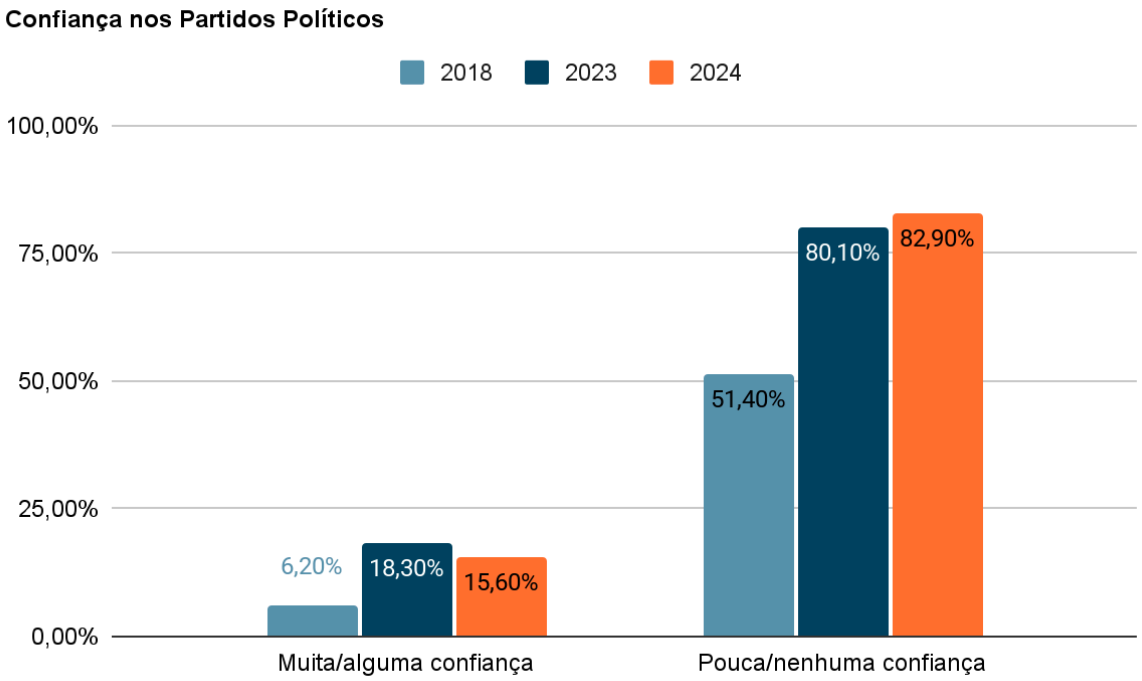
Percebe-se uma retração de 23,5% da insatisfação com a democracia brasileira quando comparados os anos do período final do mandato de Michel Temer (quando a insatisfação atingiu 89%) e o ano posterior ao fim do mandato de Jair Bolsonaro (quando o número correspondia a 65,5%). No segundo ano do mandato do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, houve um novo aumento no índice de insatisfação, que chegou a 78,6%.



Em relação às taxas de aprovação da gestão do governo chefiado pelos últimos três Presidentes da República, observamos uma oscilação evidente de 2018 para 2023, e uma pequena variação entre 2023 e 2024. Em 2018, a gestão do governo do Presidente Michel Temer era majoritariamente reprovada, alcançando a marca de 90,4% de reprovação por parte dos brasileiros, com apenas 5,6% de aprovação.

Cinco anos depois, no ano subsequente ao fim do mandato de Jair Messias Bolsonaro, a taxa de aprovação de seu governo atingiu 60,5%, enquanto a porcentagem de brasileiros que não aprovaram a gestão do governo do ex-presidente era de 31,4%, evidenciando uma maior aprovação ao mandato de Jair Bolsonaro.

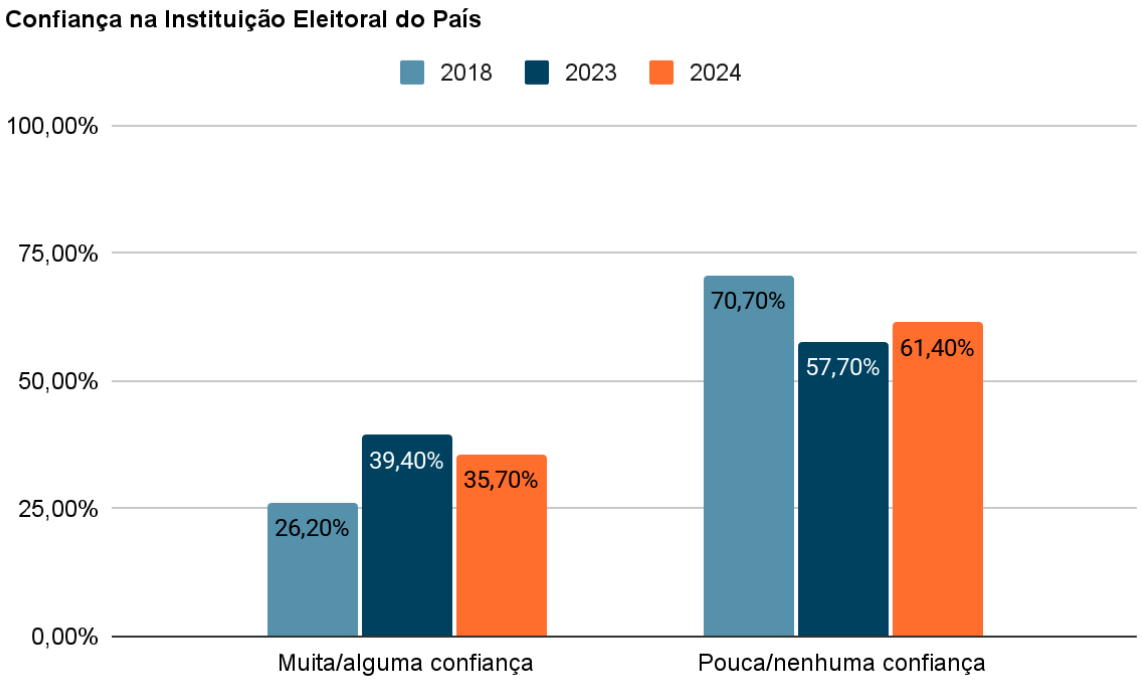
A aprovação quanto à gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por outro lado, em 2024, correspondia a 52,7%, enquanto sua reprovação era de 42,5%. O mandato, ainda não finalizado, do atual presidente, revela uma divisão das opiniões acerca de sua gestão, com uma relativa aprovação de seu governo.



Os dados coletados acerca da confiança, por parte da população, nos partidos políticos, revelam uma crescente tendência no cenário político brasileiro. Em 2018, a confiança nos partidos atingiu 6,2%, enquanto a desconfiança correspondia a 51,4%.

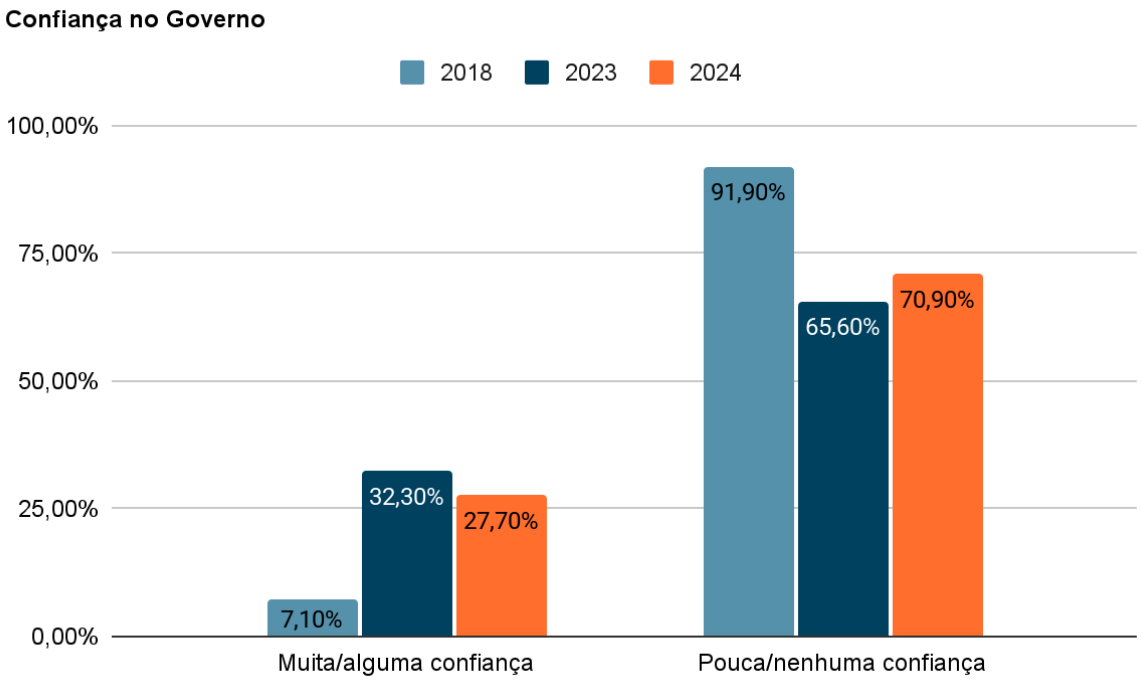
Em 2023, percebe-se que ambos os dados sofreram significativas oscilações, recrudescendo tanto a confiança, quanto a desconfiança, mas em proporções diferentes. Enquanto a confiança nos partidos políticos passou a ser de 18,3% dos brasileiros, a população representada pela desconfiança alcançou 80,1%.

Em 2024, os dados oscilaram inversamente, a confiança baixou para 15,6% e a desconfiança, por sua vez, sofreu um leve aumento e atingiu 82,9%. Nesse sentido, fica evidente uma tendência crescente no Brasil de ampla desconfiança da população nos partidos políticos, principalmente a partir de 2023.



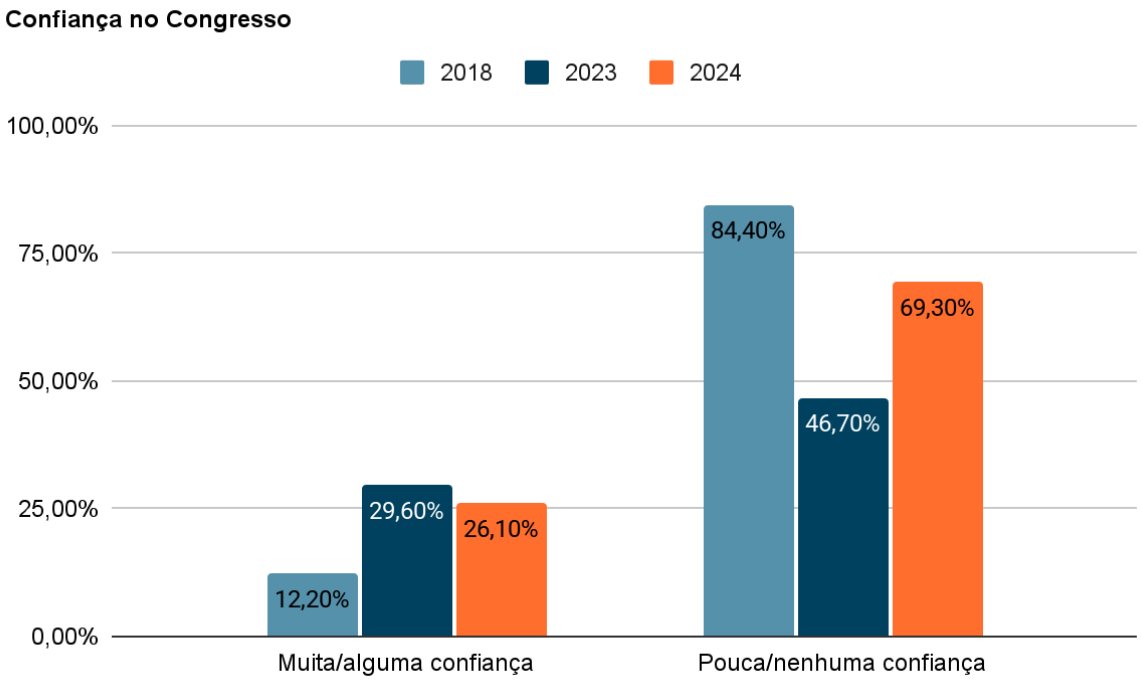
Os dados que apresentam as taxas de confiança e de desconfiança na Instituição Eleitoral do país, no caso do Brasil, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não apresentaram alterações bruscas, mantendo uma relativa similaridade durante os períodos analisados. Em 2018, 70,7% da população apresentava algum grau de desconfiança, enquanto 26,2% se mostraram confiantes.

A oscilação mais significativa, quanto ao enunciado analisado, ocorreu de 2018 para 2023, ano este no qual a confiança na Instituição Eleitoral aumentou para 39,4% e a desconfiança caiu para 57,7%. No ano seguinte, em 2024, os dados passaram por leves alterações: a taxa de confiança caiu para 35,7% e a desconfiança alcançou 61,4%.



Os dados que representam a confiança da população brasileira no governo, representado pelo poder executivo, revelam dois cenários cronológicos diferentes: um de uma ampla e majoritária desconfiança e outro de uma desconfiança moderada. Em 2018, a porcentagem de desconfiança no governo era de 91,9%, número significativamente alto, ratificando o período como de grande desconfiança dos brasileiros quanto ao governo e seus órgãos.

Por outro lado, essa expressividade, de uma desconfiança absoluta, não se repete nos dados de 2023, nem de 2024. No primeiro, observa-se que eram 32,3% os brasileiros que apresentavam algum grau de confiança, e 65,6% os representados por "pouco/nenhuma confiança". No segundo, a taxa de confiança arrefeceu para 27,7%, enquanto a taxa de desconfiança aumentou para 70,9%.



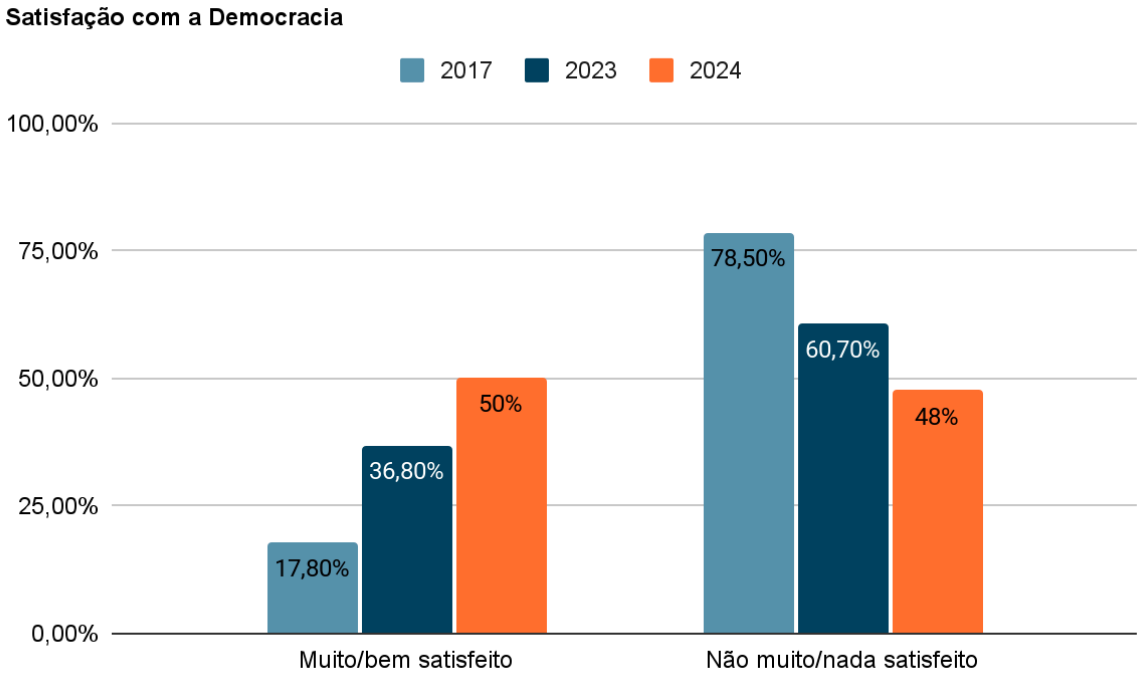
Quanto às porcentagens acerca da confiança dos brasileiros no Congresso Nacional e em seus parlamentares, evidenciam-se três cenários diferentes: de uma expressiva desconfiança, em 2018; de uma retração significativa na taxa de desconfiança, em 2023; e da volta do crescimento da desconfiança, em 2024.

Em 2018, a taxa de confiança, por parte da população, no congresso e nos representantes eleitos, era de 12,2%. Em contrapartida, a desconfiança alcançava a alta porcentagem de 84,4%. Em 2023, o cenário da porcentagem de desconfiança teve uma oscilação notável, com a diminuição de 84,4% (em 2018) para 46,7% (em 2023). Em 2024, por outro lado, a taxa tornou a subir, atingindo 69,3%.

A porcentagem quanto ao grau de confiança dos brasileiros no poder legislativo manteve-se similar entre 2023 e 2024, após um avanço em relação à de 2018. De acordo com os dados coletados, a taxa foi de 29,6% em 2023, e de 26,1% em 2024.

Os dados demonstram que a confiança em todas as instituições políticas aumentaram após a tomada de posse de governo por parte de Jair Bolsonaro, o que indica evidências confirmando a Hipótese Alternativa. Porém, o nível de confiança decresce no governo posterior, o que pode indicar uma consequência negativa de seu governo ou uma aglutinação de sua figura com a qualidade destas, logo as instituições sofrem um impacto ao perder a associação com a figura política do presidente. Também pode estar associado à imagem negativa que uma parcela da população brasileira tem sobre o PT e o Luiz Inácio Lula da Silva.

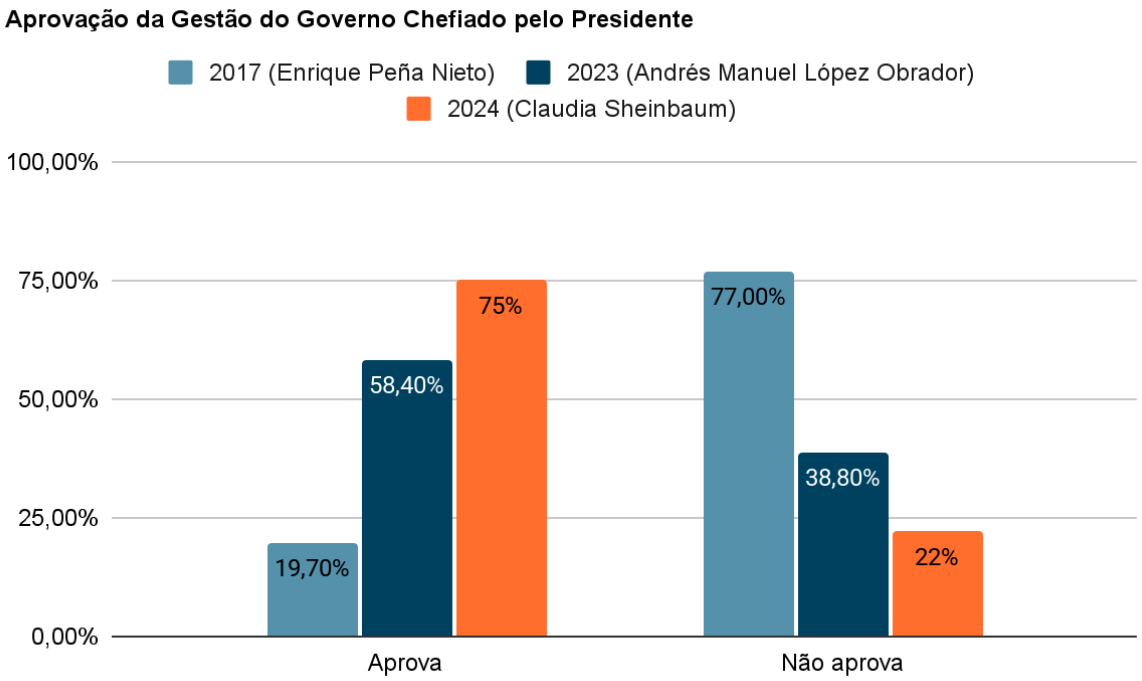
Gráficos que representam os resultados coletados no México:



Partindo para a análise estatística descritiva dos dados coletados à respeito dos cenários políticos no México, em três diferentes momentos, observa-se, em primeiro lugar, a análise da satisfação da população com a democracia mexicana.

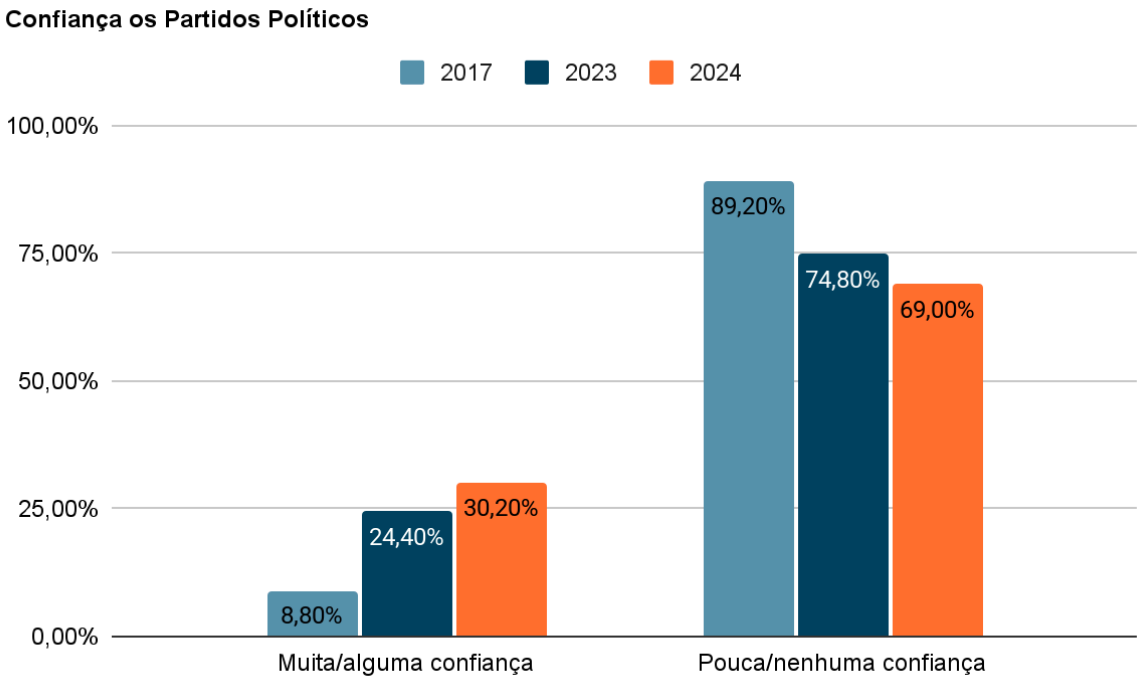
Os dados revelam uma aparente linearidade quanto à tendência de crescimento da satisfação, bem como da retração da porcentagem de pessoas que demonstraram estar insatisfeitas. Em 2017, a satisfação estava em 17,8% e subiu 19 pontos percentuais, atingindo 36,8%, em 2023. Em 2024, a taxa de satisfação alcançou 50% dos mexicanos.

Quanto à insatisfação, observamos o efeito correlato, com a diminuição gradual de sua porcentagem ao longo dos períodos analisados. Em 2017, eram 78,5% os mexicanos que apresentavam insatisfação com as estruturas democráticas no país. Em 2023, esse número caiu para 60,7%, alcançando 48%, em 2024.



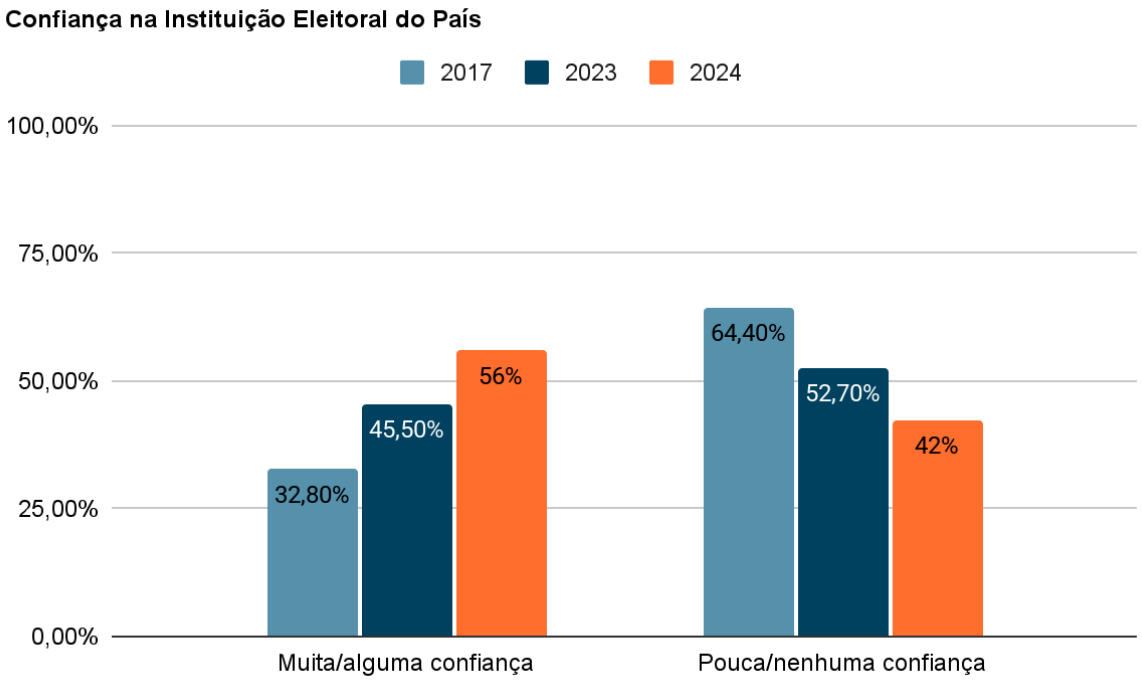
Quanto aos dados de aprovação da gestão do governo chefiado pelos últimos três presidentes do México, observamos panoramas distintos quanto à aprovação de cada um deles. Em 2017, o ex-presidente Enrique Peña Nieto acumulava uma baixa taxa de aprovação de 19,7%, enquanto sua reprovação abrangia 77% da população. Nesse sentido, os dados corroboram para o entendimento de que seu mandato presidencial foi marcado por uma expressiva reprovação do povo mexicano.

Em 2023, Andrés Manuel López Obrador possuía uma taxa de aprovação significativamente maior que seu antecessor, com 58,4%. Sua reprovação era de 38,8%, demonstrando uma aprovação maior em seu governo. Em 2024, por outro lado, a atual presidente do México tinha um expressivo número de 75% de aprovação em seu mandato, com 22% de reprovação. Sob esse prisma, a presidente Claudia Sheinbaum apresenta uma aprovação majoritária, com índices de reprovação muito inferiores quando comparados aos seus antecessores.



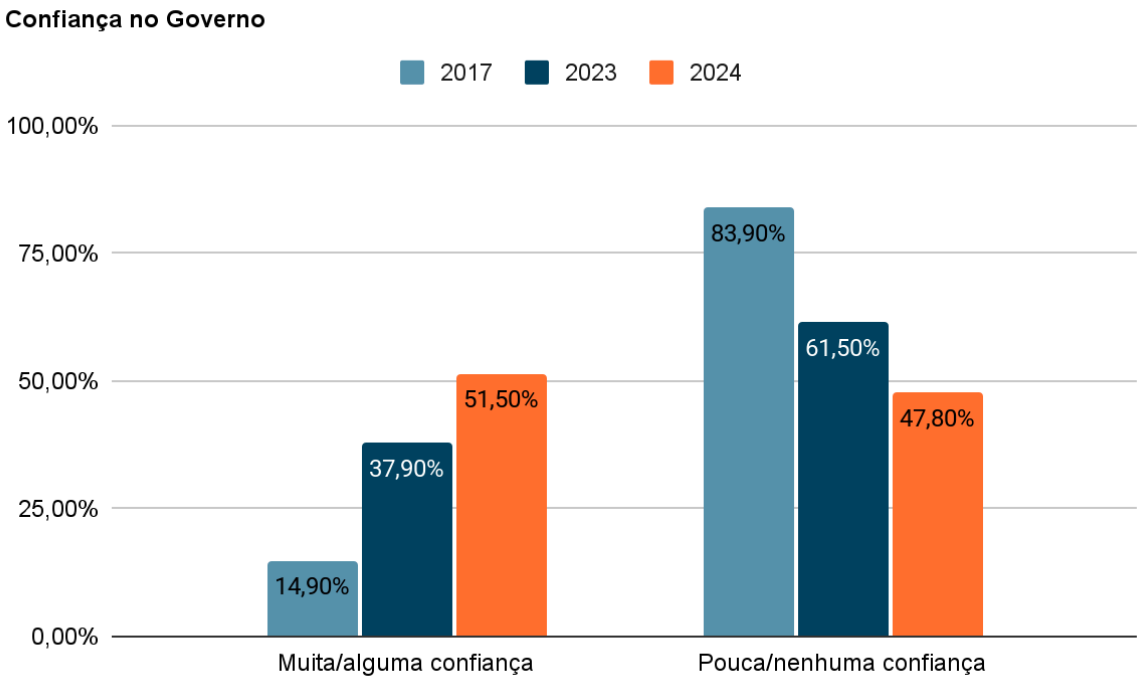
Os dados coletados acerca da confiança, por parte da população, nos partidos políticos mexicanos, apresentam uma tendência de retração gradual da desconfiança, que atingiu seu ápice em 2017, quando era de 89,2%. Em 2023, a taxa teve um nítido arrefecimento de mais de 14 pontos percentuais e foi de 74,8%. Em 2024, mais uma leve diminuição levou o índice de reprovação para 69%.

A porcentagem da população que apresentava algum grau de confiança nos partidos políticos era de 8,8%, em 2017, ratificando o quadro de desconfiança geral. Contudo, a partir de 2023, nota-se percentuais mais positivos, de 24,4%, no ano em questão, e de 30,2%, em 2024.



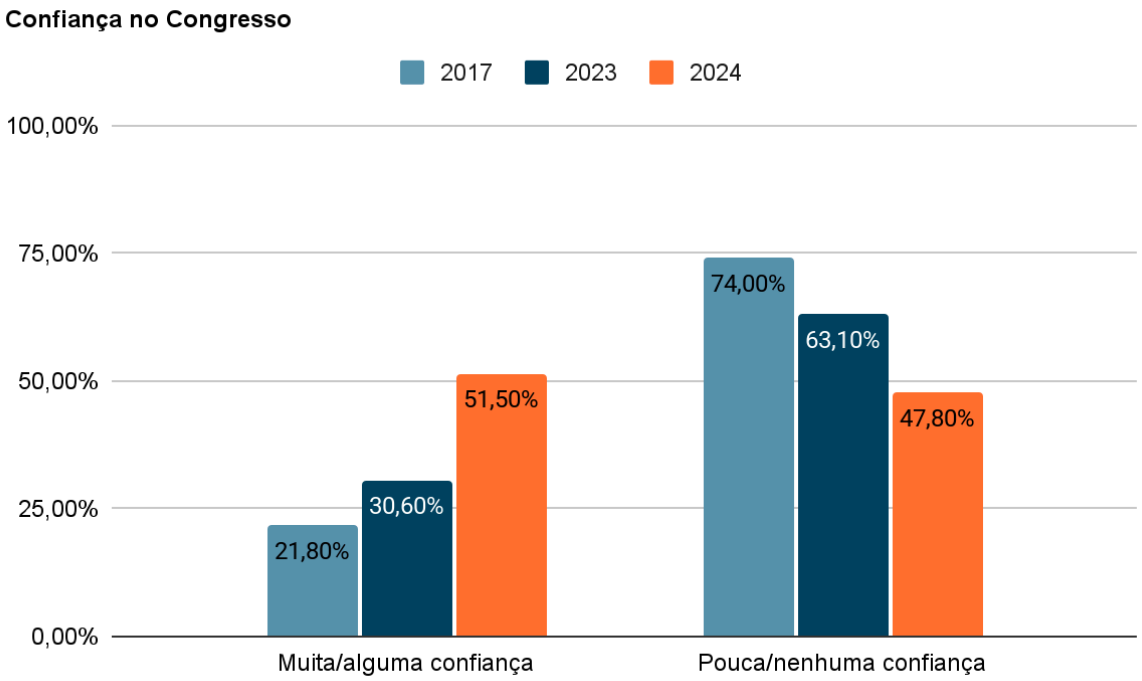
A conjuntura de uma aparente oscilação linear e de uma variação gradual ao longo dos períodos observados nos gráficos que dizem respeito ao México se repete quando observados os dados de confiança na Instituição Eleitoral do País, no caso, o Instituto Nacional Electoral (INE).

Em 2017, a porcentagem de confiança era de 32,8%. Em 2023, houve um aumento relevante, saltando para 45,5%. No ano seguinte, mais um acréscimo considerável elevou a porcentagem para 56%. Na mesma medida, a porcentagem de desconfiança acompanhou a oscilação, tendo uma atenuação gradativa de 64,4%, em 2017, para 52,7%, em 2023, e, depois, para 42%, em 2024.



O grau de confiança da população no governo, como um todo, também acompanhou a oscilação gradativa observada nos gráficos anteriores. A porcentagem de confiança teve um importante aumento entre 2017 e 2023, saltando de 14,9% para 37,9%, uma diferença de 23 pontos percentuais. Em 2024, a confiança no governo aumentou, novamente, alcançando 51,5%.

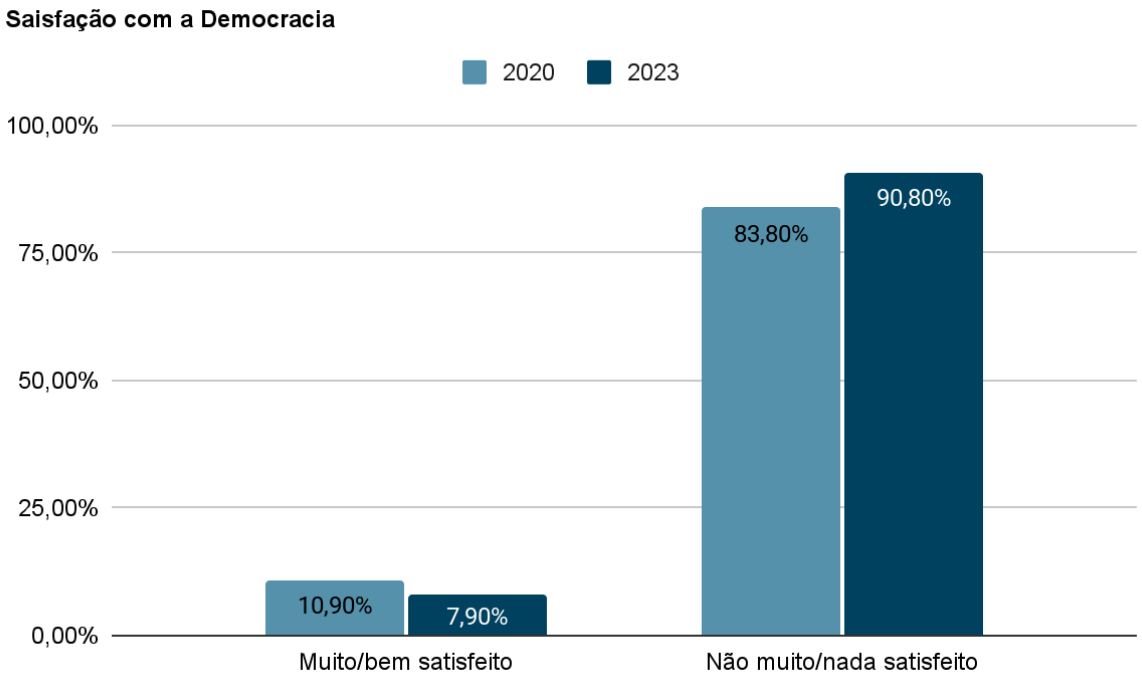
As taxas de desconfiança, paralelamente, seguiram o ritmo de variação e tiveram significativas reduções. Em 2017, o quadro de desconfiança majoritária era exposto pela porcentagem de 83,9% da população que apresentava algum grau de desconfiança no governo. Em 2023, o número reduziu consideravelmente para 61,5% e, em 2024, após nova retração, atingiu 47,8%.



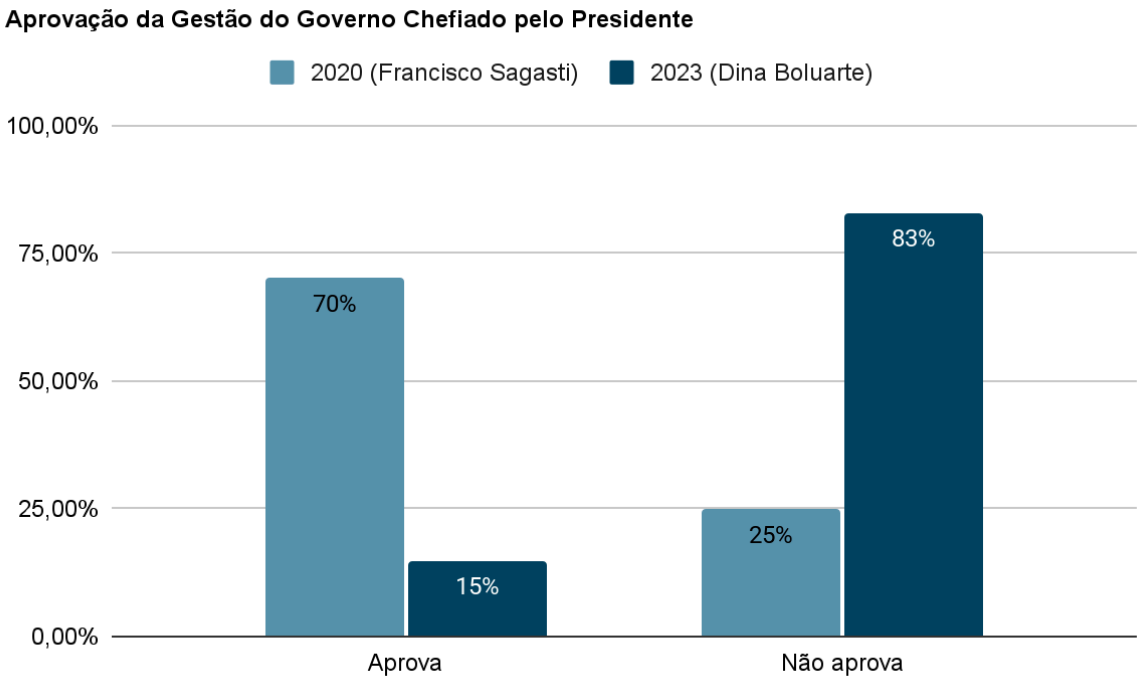
Por último, as taxas de confiança e desconfiança no Congresso e nos parlamentares corroboram para o panorama da oscilação gradativa observada em grande parte dos gráficos relacionados ao México. Em 2017, a confiança no congresso era de 21,8%, número que teve leve aumento em 2023, passando para 30,6%. 2024, no entanto, foi o ano em que o aumento mais expressivo foi observado, com 51,5% de taxa de confiança, mais de 20 pontos percentuais a mais do que em 2023.

Os resultados em relação ao nível de confiança nas instituições políticas aumentou muitos pontos percentuais, o que indica o impacto positivo da figura de Andrés Manuel López Obrador para a democracia e confirmando a Hipótese Alternativa. Uma questão válida a ser exposta é o fato que após a conclusão de seu governo, a confiança nas instituições políticas aumentaram.

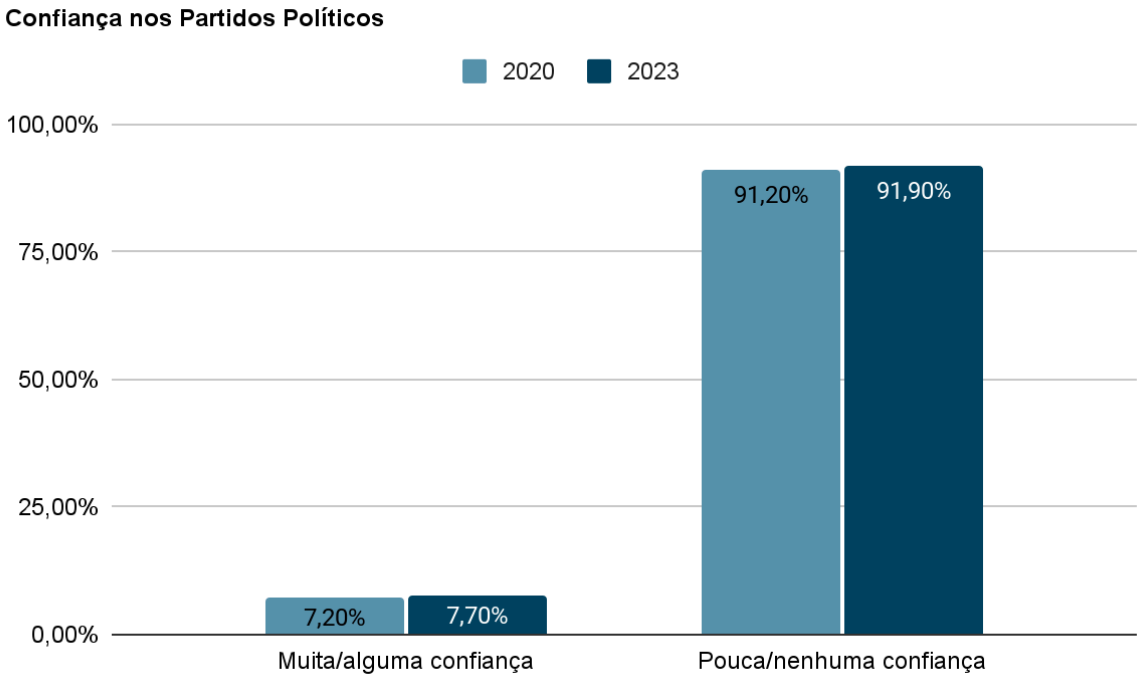
Gráficos que representam os resultados coletados no Peru:



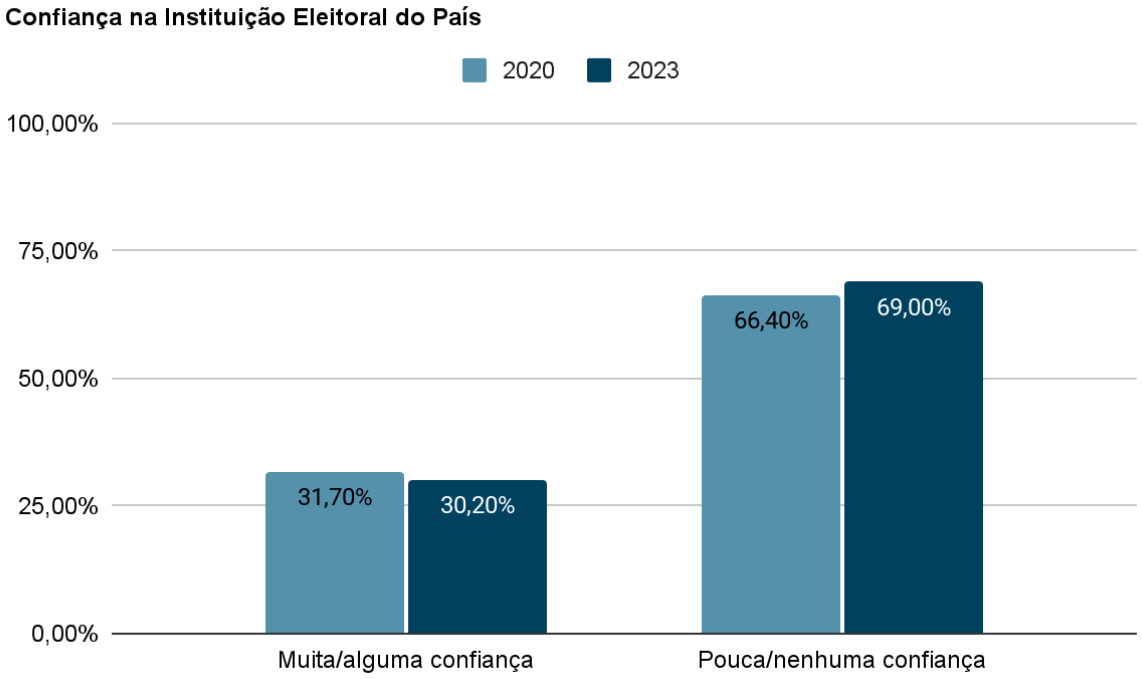
Sobre o nível de satisfação da população peruana com a democracia, nos anos de 2020 e de 2023, percebemos uma estabilidade dos dados, com leves oscilações. Em 2020, eram 10,9% dos peruanos que apresentavam algum grau de satisfação, número que baixou para 7,9% em 2023. Concomitantemente, a porcentagem de pessoas representadas por "não muito/nada satisfeito" subiu de 83,8%, em 2020, para 90,8%, em 2023, evidenciando um contexto de larga insatisfação no país.



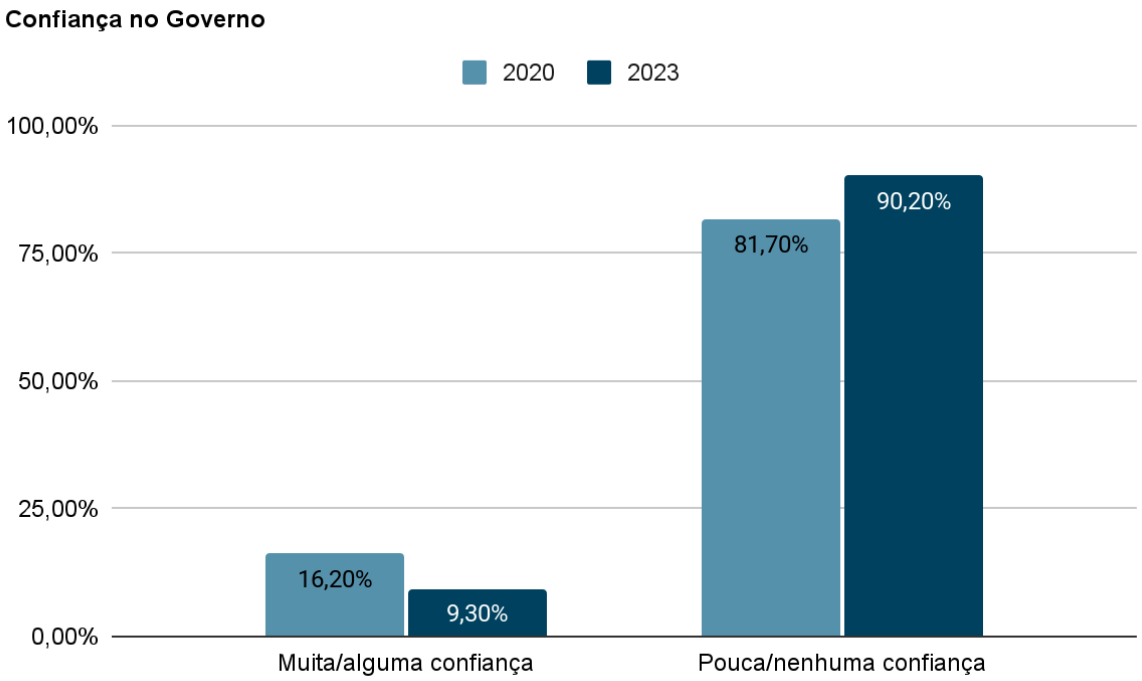
Os dados acerca da gestão do governo peruano em 2020 e 2023, chefiado pelos respectivos presidentes, mostram um evidente contraste acerca da aprovação da população. Em 2020, o então Presidente Francisco Sagasti possuía uma taxa de 70% de aprovação da população e 25% de reprovação. Por outro lado, em 2023, a ex-presidente Dina Boluarte possui apenas 15% de aprovação, enquanto sua reprovação alcançava 83%.



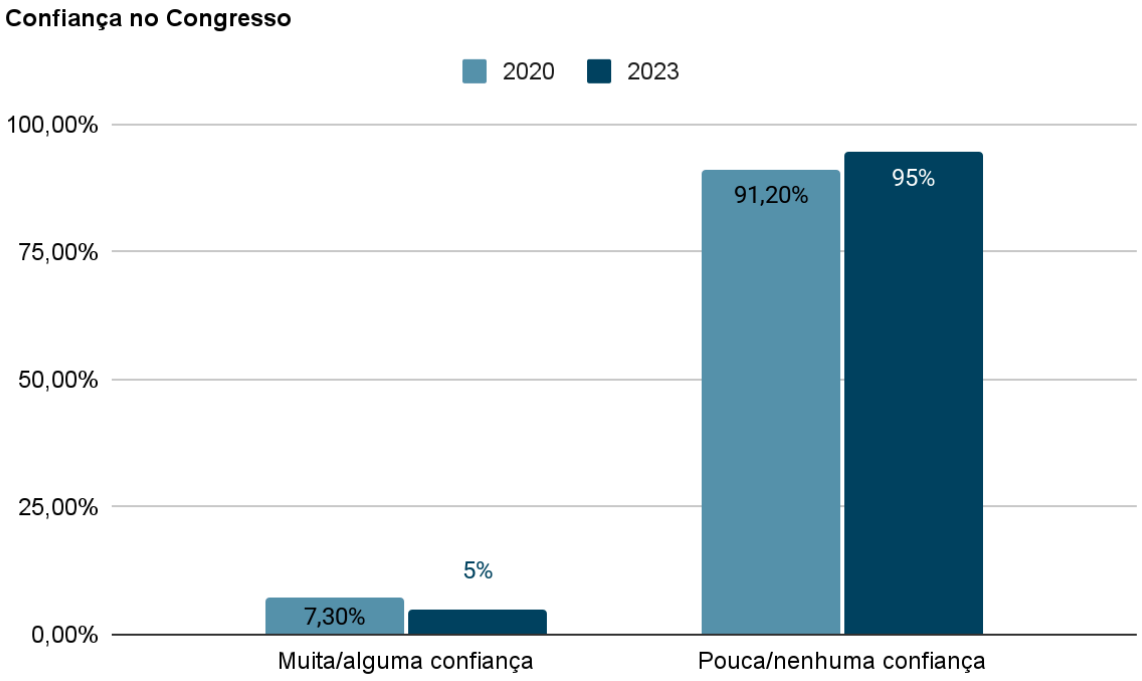
Quanto ao nível de confiança demonstrado pela população nos partidos políticos atuantes no país, foi observado uma nítida homogeneidade entre os períodos observados, ratificando a permanência de uma preponderante desconfiança por parte da população. A percentagem de pessoas que apresentavam algum grau de confiança passou por uma ínfima alteração, de 7,2%, em 2020, para 7,7%, em 2023. Similarmente, a taxa de desconfiança aumentou de 91,2% para 91,9%, no mesmo período



Os dados acerca da confiança na Instituição Eleitoral do País reproduzem a similaridade e a continuidade do cenário observado tanto nesse gráfico quanto nos anteriores. O nível de confiança era de 31,7%, em 2020, e retraiu para 30,2%, três anos depois. A desconfiança, paralelamente, apresentou um aumento em sua porcentagem: de 66,4%, em 2020, passou para 69%, em 2023.



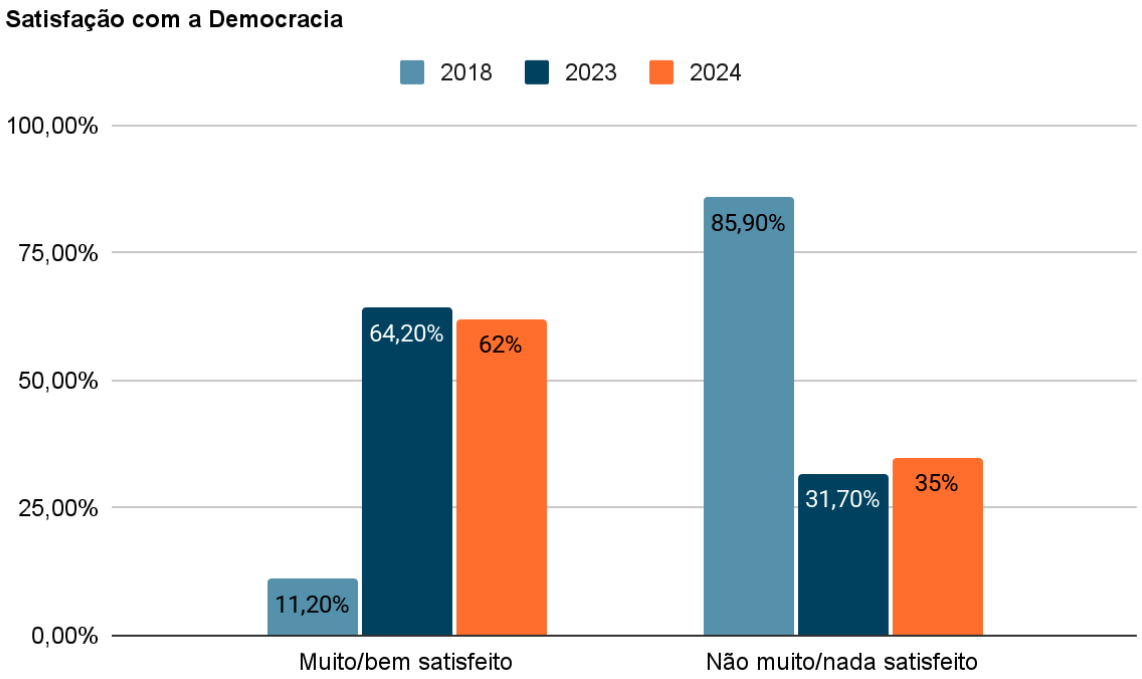
A estabilidade dos dados é, novamente, observada no gráfico que apresenta o nível de confiança da população no governo. Em 2020, a taxa de confiança era de 16,2% e sofreu um arrefecimento para 9,3%, em 2023. O panorama de ampla desconfiança é atestado pela crescente da porcentagem de desconfiança, que era de 81,7%, em 2020, e passou para 90,2%, em 2023.



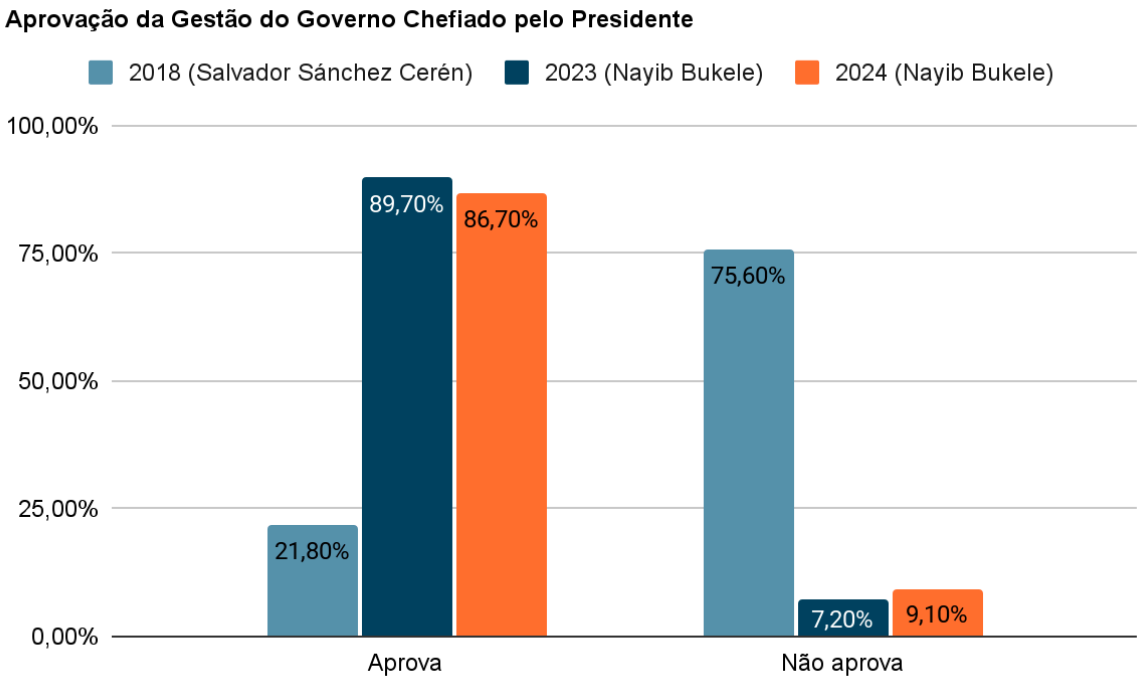
O gráfico de confiabilidade no Congresso Nacional demonstra uma predominante desconfiança por parte da população. Em 2020, 91,2% dos peruanos eram representados pela alternativa "pouca/nenhuma confiança" no Congresso. Em 2023, essa taxa aumentou, alcançando 95% dos peruanos. Os que apresentavam algum grau de confiança eram 7,3%, em 2020, e 5%, em 2023.

No Peru, o nível de confiança nas instituições diminuiu após o mandato de Pedro Castillo, o que confirma um caso de Hipótese Alternativa Teórica. Apenas uma instituição política teve aumento de confiança, que foi os partidos políticos, que reforça a Hipótese Alternativa, o que pode indicar uma disposição da população aos ideais de esquerda, porém não a sua personificação, que neste caso trata-se de Castillo.

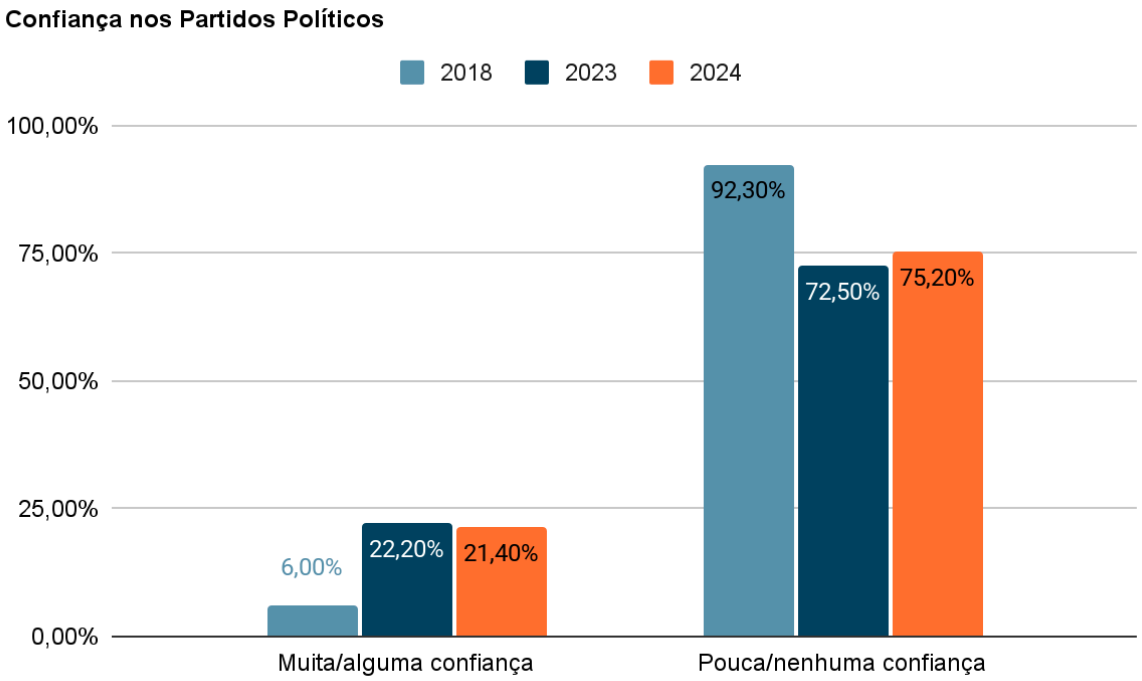
Gráficos que representam os resultados coletados em El Salvador:



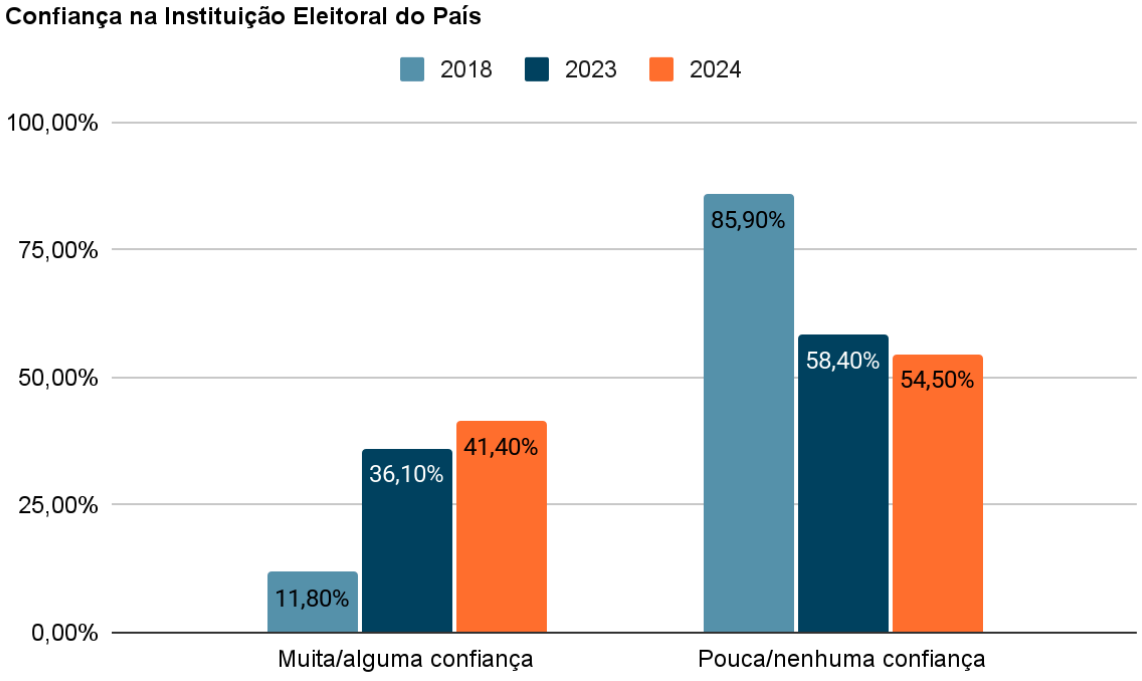
Em El Salvador, observamos cenários distintos nos diferentes momentos observados, com oscilações significativas em alguns quesitos. Quanto à satisfação com a democracia no país, existia um quadro de forte insatisfação em 2018, com apenas 11,2% da população satisfeita, e 85,9% apresentando algum grau de insatisfação. Em 2023, o quadro é bruscamente alterado, com uma maioria ampla da população declarando satisfação com a democracia, com 64,2%, um radical salto de 53 pontos percentuais; e 31,7% permanecendo insatisfeitos. Em 2024, os dados apresentam estabilidade, com uma relativa queda da satisfação, que agora é de 62%, e um aumento da insatisfação, que atinge 35%.



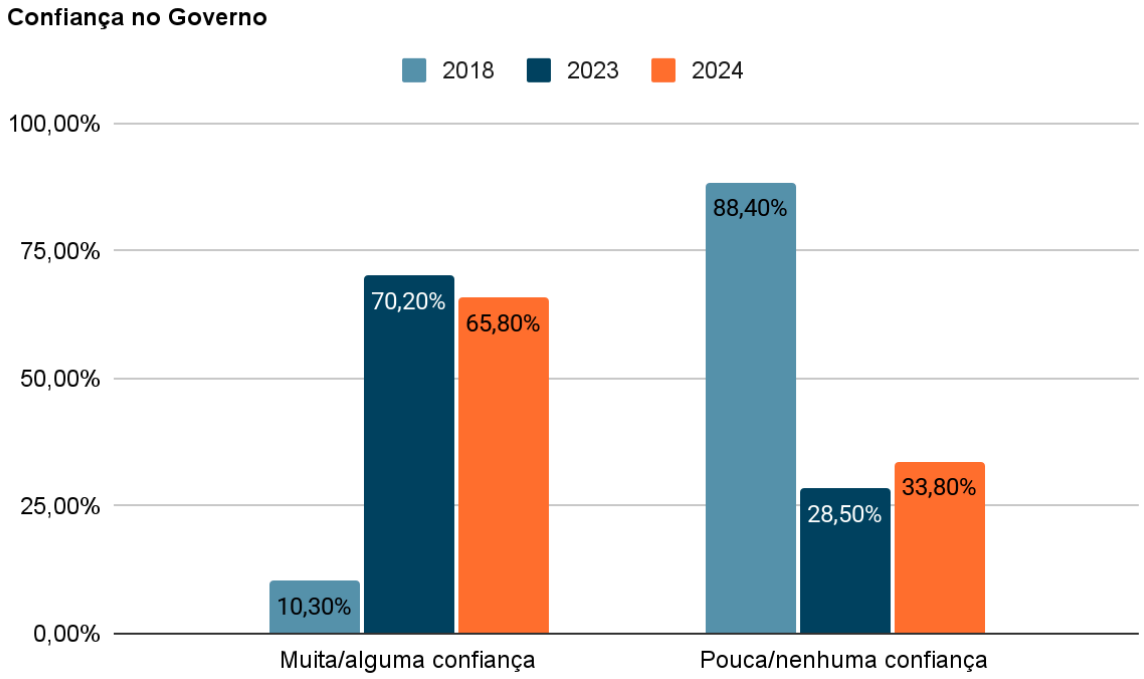
Os gráficos acerca da aprovação da gestão do Presidente apresentam oscilações radicais. Em 2018, o ex-presidente Salvador Sánchez Cerén apresentava um índice de aprovação de 21,8%, enquanto acumulava 75,6% de reprovação. Nayib Bukele, por outro lado, conta com números bastante expressivos quanto à aprovação de sua gestão, tanto em 2023, quanto em 2024. No primeiro, Bukele contava com 89,7% de aprovação e somente 7,2% de reprovação, números ostensivos que ratificam uma aprovação absoluta da população salvadorenha. No segundo, há uma pequena variação que diminui sua aprovação para 86,7%, enquanto aumenta sua reprovação para 9,1%.



A confiança nos partidos políticos foi um dos elementos que apresentou menor oscilação em números percentuais no país. As pessoas que apresentavam algum grau de confiança eram apenas 6%, em 2018, aumentando consideravelmente para 22,2%, em 2023 e retraindo levemente para 21,4%, em 2024. Enquanto as que não possuíam confiança eram absolutas 92,3% da população, em 2018, baixando para 72,5%, em 2023 e variando para 75,2%, em 2024.

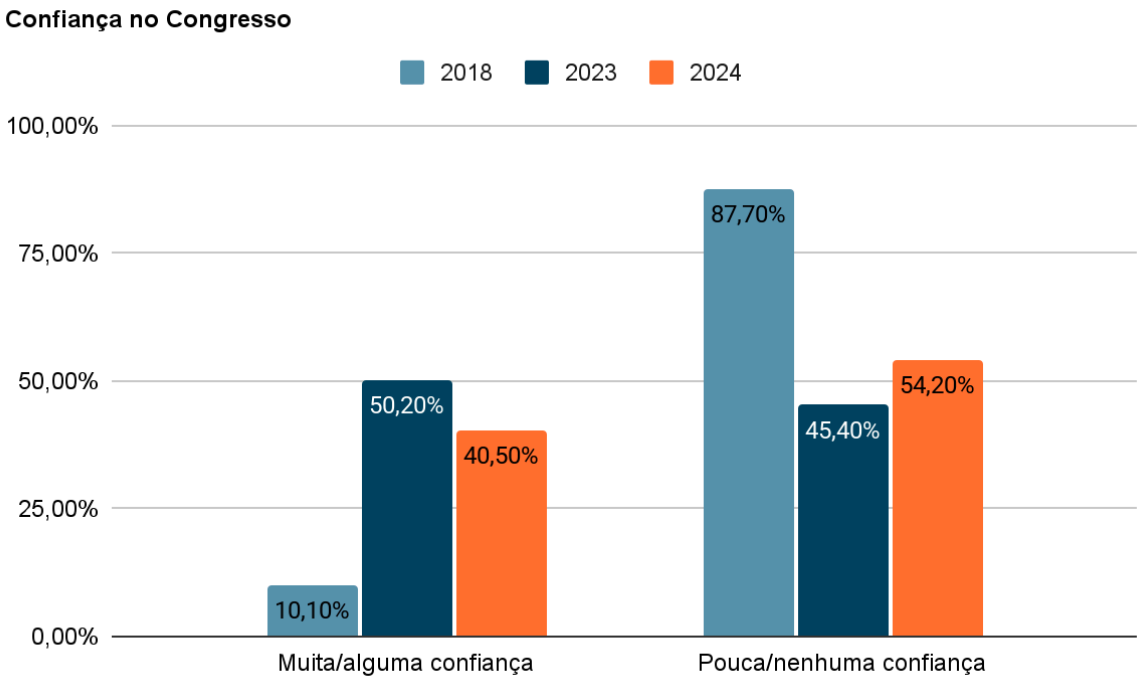


De maneira semelhante, os dados acerca da confiança na Instituição Eleitoral do país mostram que apenas 11,8% da população tinham determinado grau de confiança, em 2018, número que teve importante aumento em 2023, quando alcançou 36,1%, e um passou por novo acréscimo em 2024, quando chegou a 41,4%. A desconfiança, por sua vez, era de 85,9% da população, em 2018, caindo significativamente para 58,4%, em 2023 e fechando 2024 com 54,5%.



Os gráficos referentes à confiança no governo de El Salvador apresentam um contraste evidente entre o período pré eleição de Bukele e após/durante seus mandatos. A população que apresentava algum grau de desconfiança no governo era de 88,4%, em 2018. Cinco anos depois, durante o mandato do atual presidente, o número caiu cerca de 60 pontos percentuais, retraindo para 28,5%. Em 2024, a porcentagem teve um leve aumento, alcançando 33,8%.

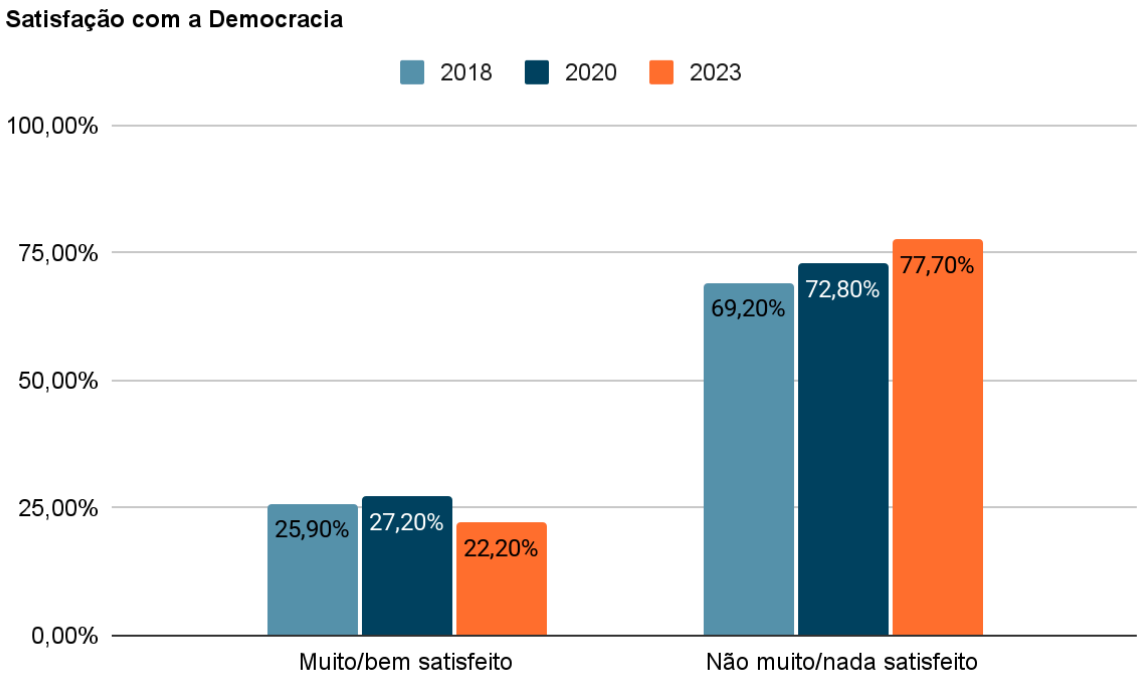
Por outro lado, o nível de confiança no governo teve um alto crescimento, saindo de 10,3%, em 2018, para 70,2%, em 2023. Em 2024, o número apresentou um pequeno decréscimo, fixando-se em 65,8%. Os números, em suma, revelam como os índices de confiabilidade no governo sofreram bruscas alterações a partir da eleição de Nayib Bukele, que provocou uma expressiva recuperação da confiança da população.



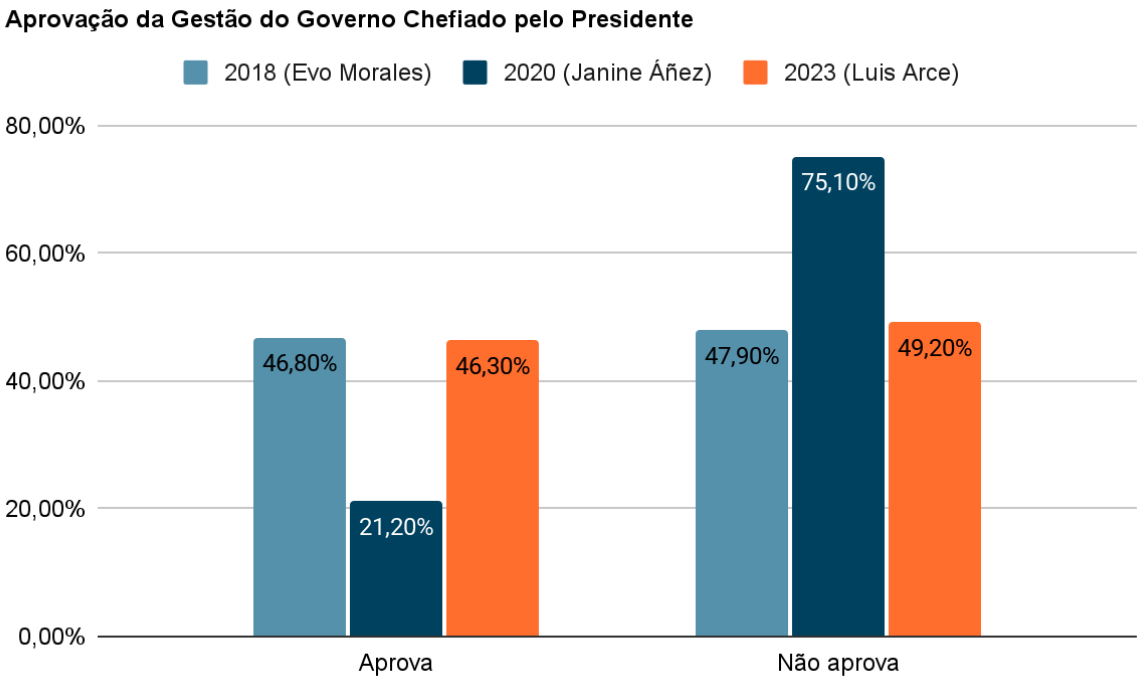
No que diz respeito à confiança no Congresso Nacional e nos parlamentares de El Salvador, três momentos se evidenciam, de acordo com os dados coletados. Em 2018, o índice de desconfiança era expressivamente alto, com 87,7% da população. Apenas 10,1% eram os representados por declararem ter confiança no Congresso. Cinco anos depois, em 2023, se observa uma situação substancialmente distinta, com um relativo equilíbrio entre confiança e desconfiança, que era de 50,2% e 45,4%, respectivamente. Em 2024, uma leve inversão se apresentou: a confiança era de 40,5% e a desconfiança era de 54,2%.

O caso de El Salvador é o único em que se analisa dois mandatos do presidente sujeito à análise. O nível de confiança nas instituições políticas, como um todo, aumentou drasticamente em seu primeiro governo, o que confirma a Hipótese Alternativa. Em seu segundo governo é possível observar o acréscimo de confiança em poucos pontos percentuais na instituição eleitoral do país, no restante ocorreu uma queda de poucos pontos percentuais. A única instituição que houve uma mudança significativa, no segundo mandato, foi a confiança no Congresso, que diminuiu 9,7 pontos percentuais, o que pode apresentar algum problema mais grave com a governabilidade do Congresso.

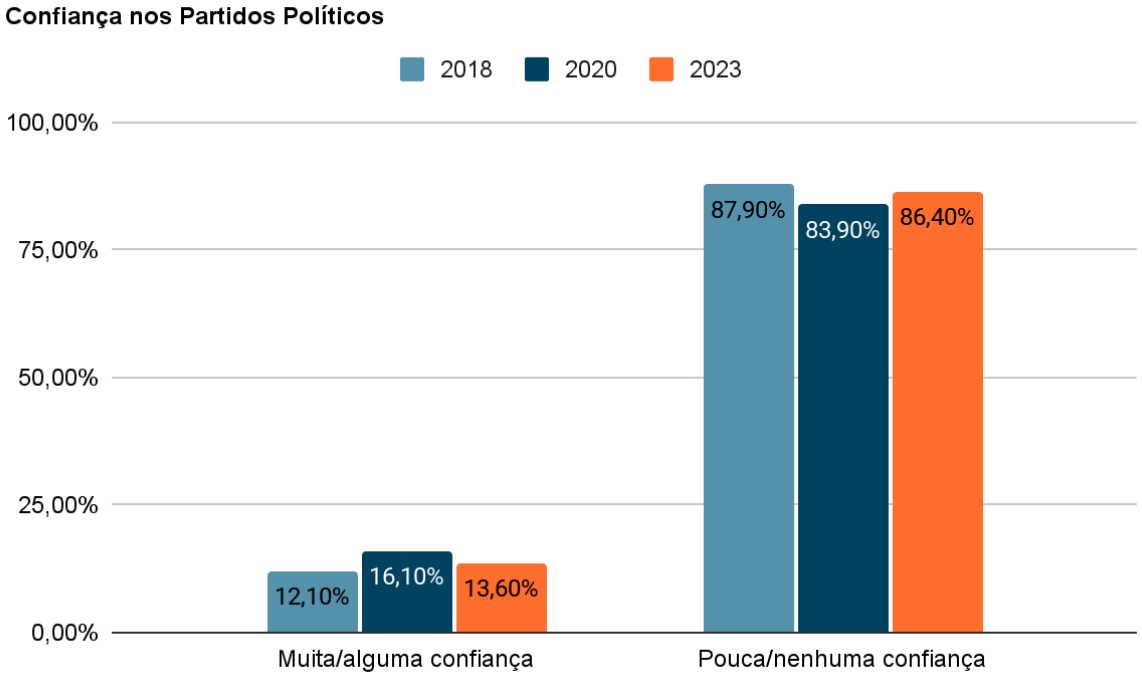
Gráficos que representam os resultados coletados do Bolívia:



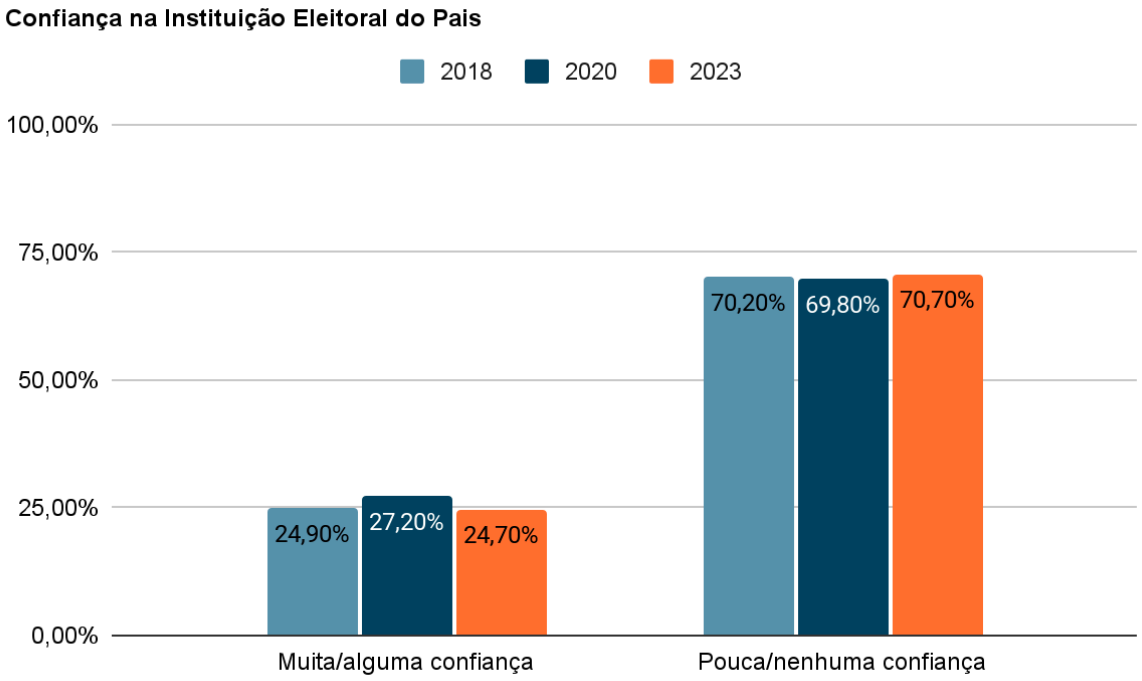
Na Bolívia, temos uma outra conjuntura, também medida em três períodos. No gráfico que versa sobre a satisfação com a democracia boliviana, observa-se uma tendência de uma crescente aparentemente linear da insatisfação da população, que era de 69,2%, em 2018, passou para 72,8% em 2020, e chegou a 77,7%, em 2023. Concomitantemente, a satisfação teve alterações leves, sendo de 25,9% em 2018, subindo para 27,2%, em 2020, e retraindo para 22,2%, em 2023.



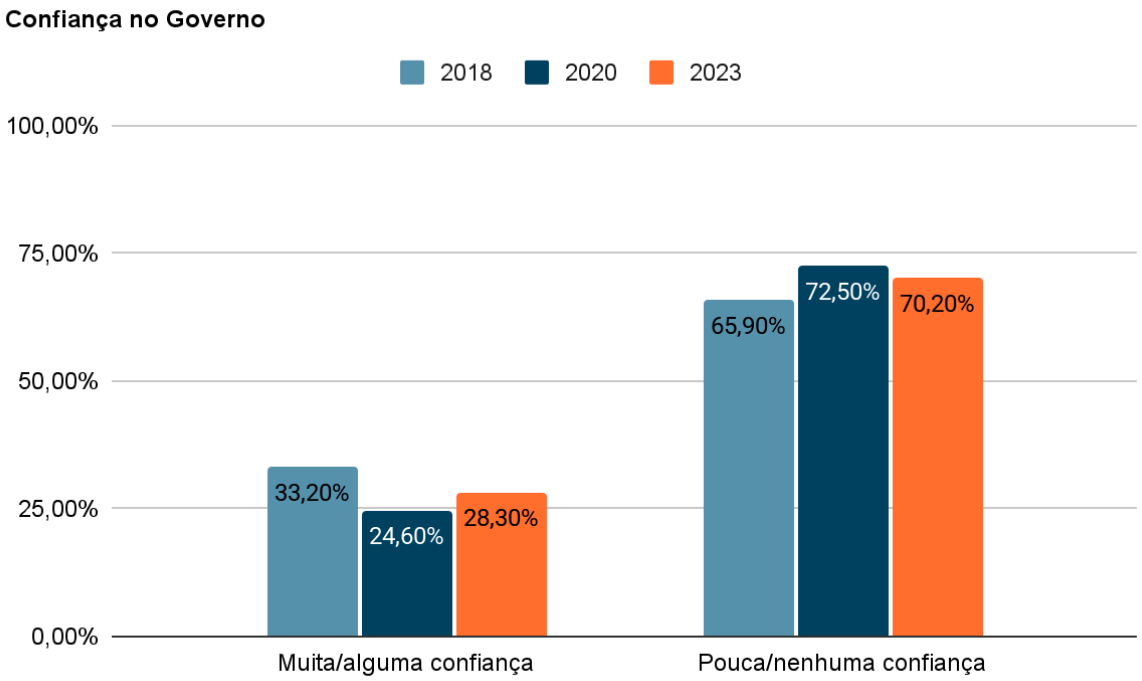
A aprovação da gestão do Governo do Presidente do país apresentou severas oscilações. Em 2018, o ex-presidente Evo Morales detinha 46,8% de aprovação e 47,9% de reprovação, evidenciando uma polarização quanto às opiniões acerca de seu mandato. Em 2020, o ex-presidente Janine Añez encontrava-se com 21,2% de aprovação, enquanto acumulava 75,1%. Em 2023, o presidente Luis Acre também dividia seus números, tendo 46,3% de aprovação e 49,2% de reprovação.



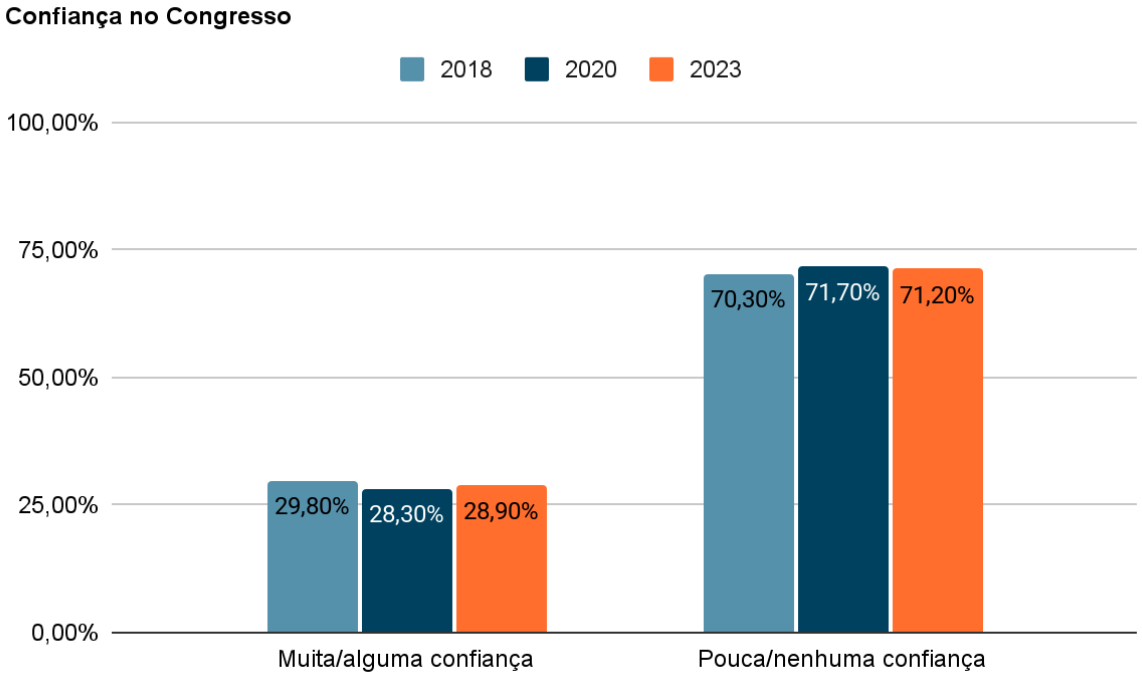
A confiança nos partidos políticos manteve-se com números similares nos três diferentes períodos, ratificando uma desconfiança geral e crônica. A porcentagem da população que se mostrava confiante era de 12,1%, em 2018; 16,1%, em 2020; e 13,6%, em 2023. A população que apresentava algum grau de desconfiança era de 87,9%, em 2018; 83,9%, em 2020; e 86,4%, em 2023,



A aparente estabilidade dos dados acerca de confiança se reitera quando analisada a opinião acerca da Instituição Eleitoral do país. 24,9% dos bolivianos declararam ser confiantes, em 2018, número que subiu, em 2020, para 27,2%, tendo uma redução, em 2023, atingindo 24,7%. A população que se mostrava desconfiada era de 70,2%, em 2018; 69,8%, em 2020; e de 70,7%, em 2023, ratificando a expressiva desconfiança instaurada no país.



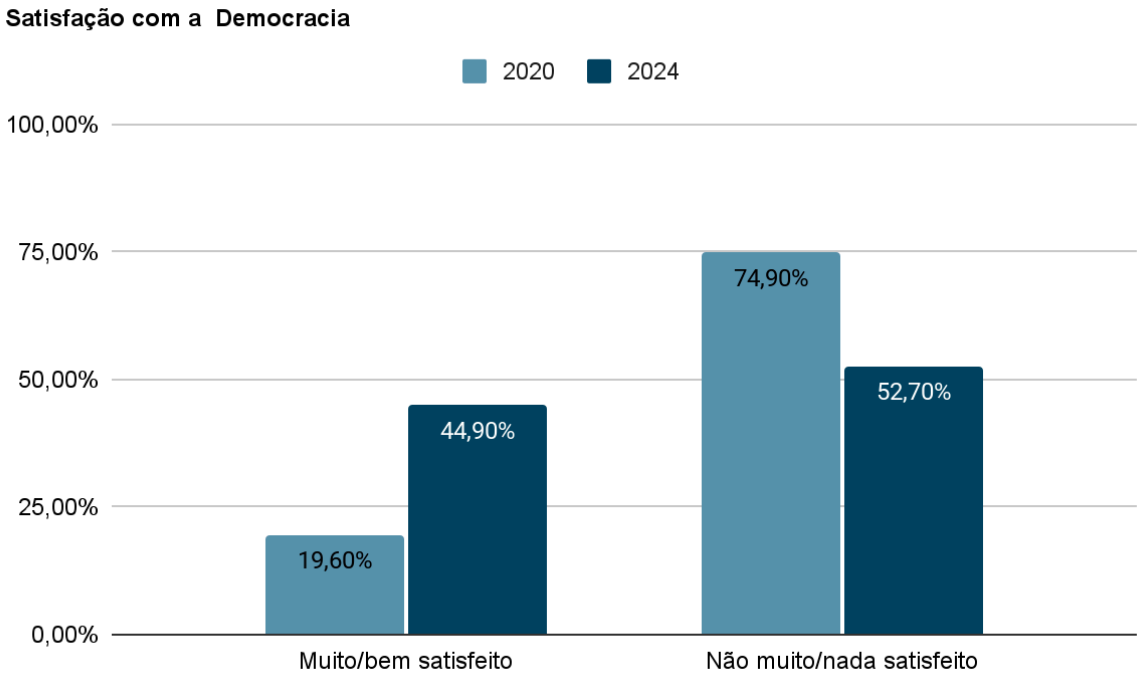
Os dados coletados que revelam a porcentagem da população que demonstra confiança no Governo, como um todo, mais uma vez, apresenta uma certa continuidade da tendência observada anteriormente. Em 2018, eram 33,2% os bolivianos que tinham confiança, contra 65,9% que não tinham. Em 2020, a confiança baixou para 24,6%, e a desconfiança aumentou para 72,5%. Em 2023, a porcentagem de confiança voltou a subir, chegando a 28,3%, enquanto a de desconfiança teve uma leve retração, chegando a 70,2%.



Por último, o gráfico sobre nível de confiança, por parte da população, no Congresso e nos parlamentares bolivianos, confirma a solidez do amplo sentimento de desconfiança no país, que atravessou os três diferentes momentos políticos analisados. Os dados mostram uma variação ínfima entre os períodos. A confiança era de 29,8%, em 2018; de 28,3%, em 2020; e de 28,9%, em 2023. Por outro lado, a desconfiança, que era de 70,3%, em 2018, alcançou 71,7%, em 2020 e fechou em 71,2% no ano de 2023.

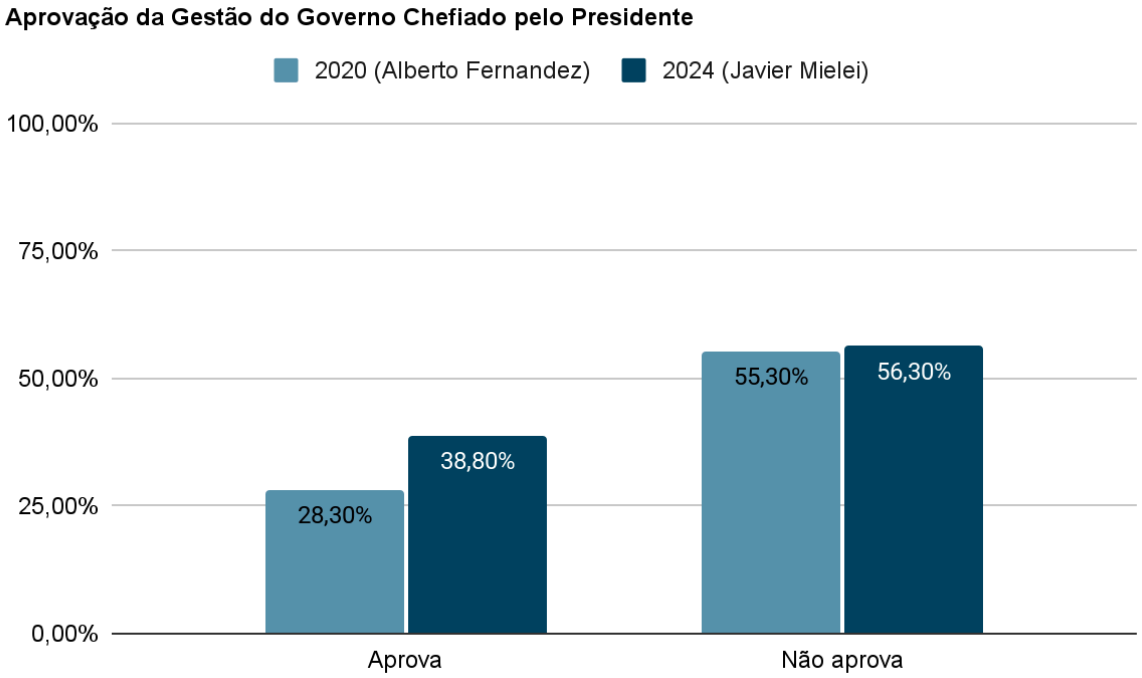
O nível de confiança nas instituições políticas na Bolívia foi variado. Houve aumento mínimo no nível de satisfação com a Democracia, confiança nos partidos políticos e na confiança na instituição eleitoral do país e grande diminuição na aprovação do governo chefiado pelo presidente, confiança no Governo e no Congresso. O que reflete ambas Hipóteses Alternativa e Alternativa Teórica. O governo da Bolívia é um caso de grande polaridade política e por conta da falta de representação política presidencial para o grupo social *Pititas*, houve uma certa controvérsia nos resultados finais. O nível de confiança, como um todo, manteve-se relativamente baixo nos quesitos analisados nos gráficos.

Gráficos que representam os resultados coletados na Argentina:

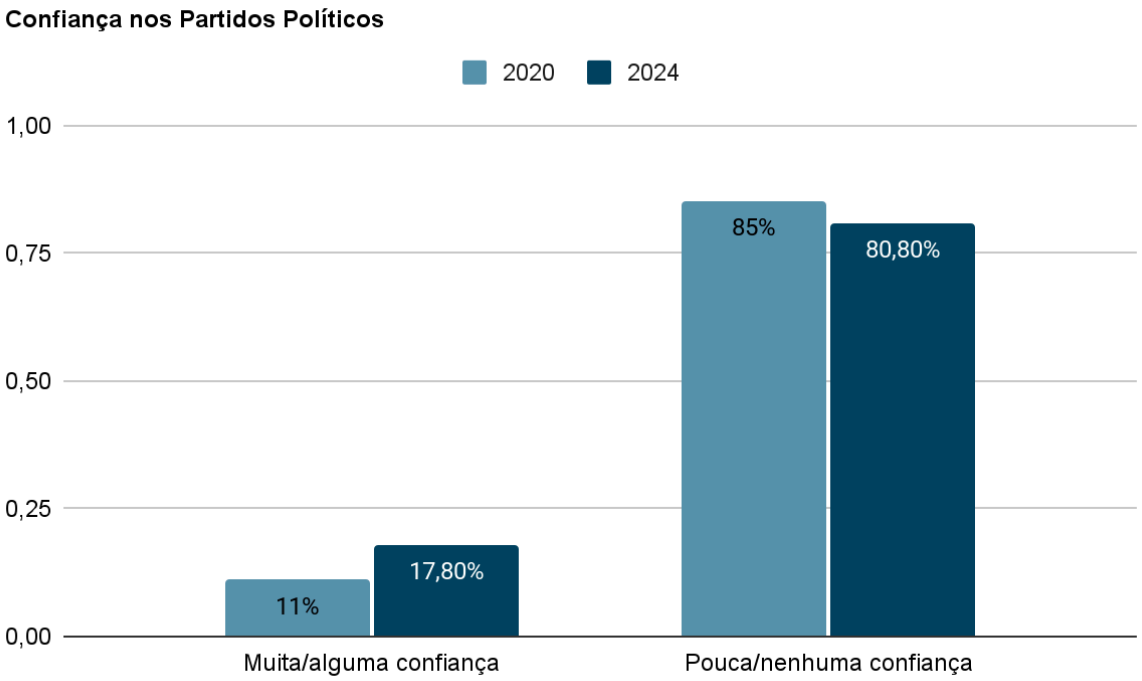


Na Argentina, os dados remontam a dois diferentes momentos da política no país: os anos de 2020 e 2024. Quanto ao nível de satisfação com a democracia, os argentinos se mostravam majoritariamente insatisfeitos, em 2020, com apenas 19,6% da população mostrando certo nível de satisfação e 74,9% insatisfeitos. Em 2024, a satisfação subiu mais de

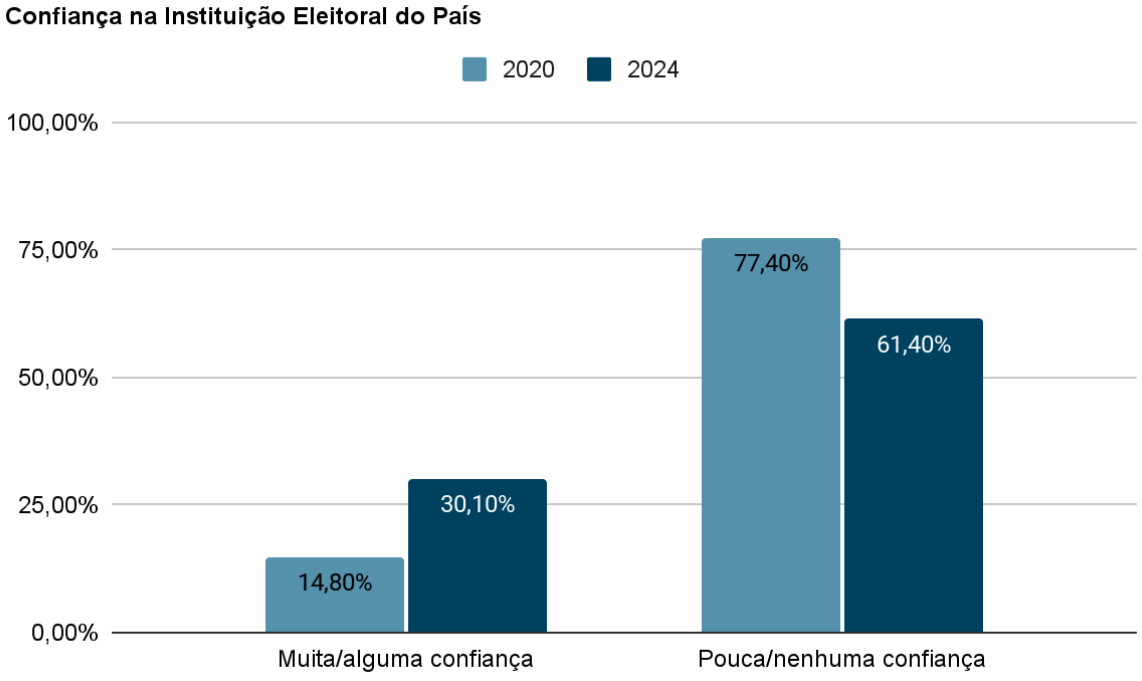
20 pontos percentuais, atingindo 44,9% dos argentinos, enquanto 52,7% se mantinham insatisfeitos.



Os índices de aprovação do ex-presidente, Alberto Fernandez, eram baixos, em 2020, com 28,3% da população declarando aprovação, enquanto 55,3% mostravam não aprovar. Em 2024, o atual presidente Javier Milei, apresentava uma relativa superioridade quanto à sua aprovação, que era de 38,8%, enquanto sua reprovação era similar à de seu antecessor, sendo de 56,3%.

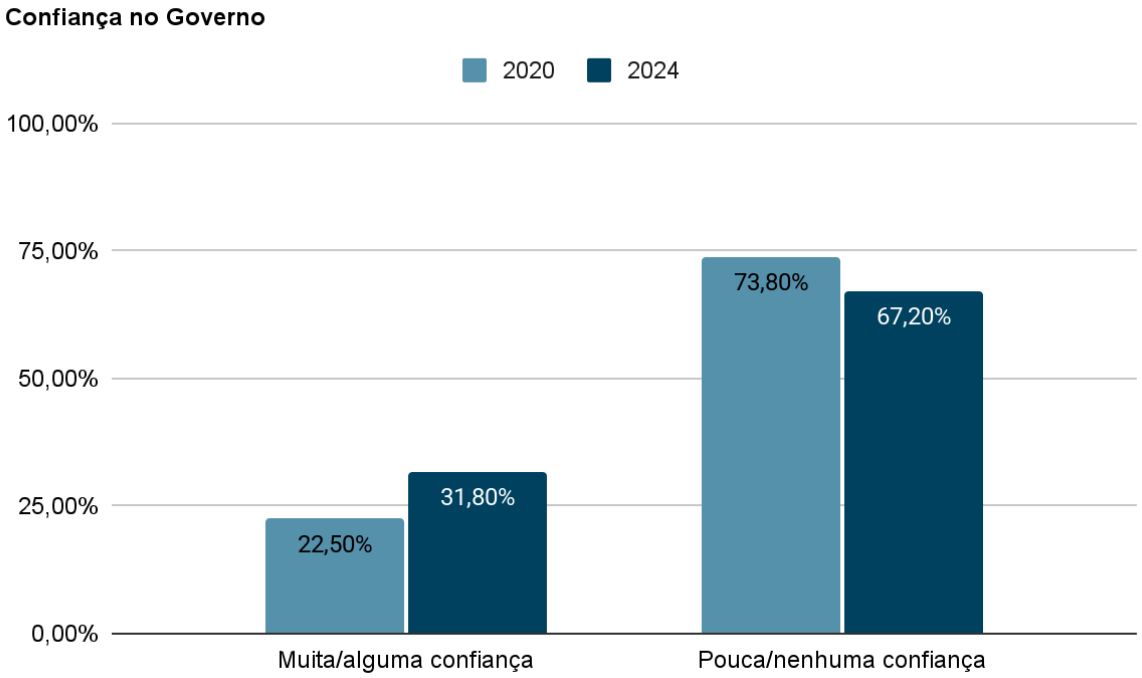


Os partidos políticos argentinos, de acordo com os dados, acumulam grande nível de desconfiança por parte da população, chegando a 85%, em 2020, e 80,8%, em 2024. A porcentagem dos argentinos que responderam ter algum grau de confiança nos partidos era de 11%, em 2020, e de 17,8%, em 2024.

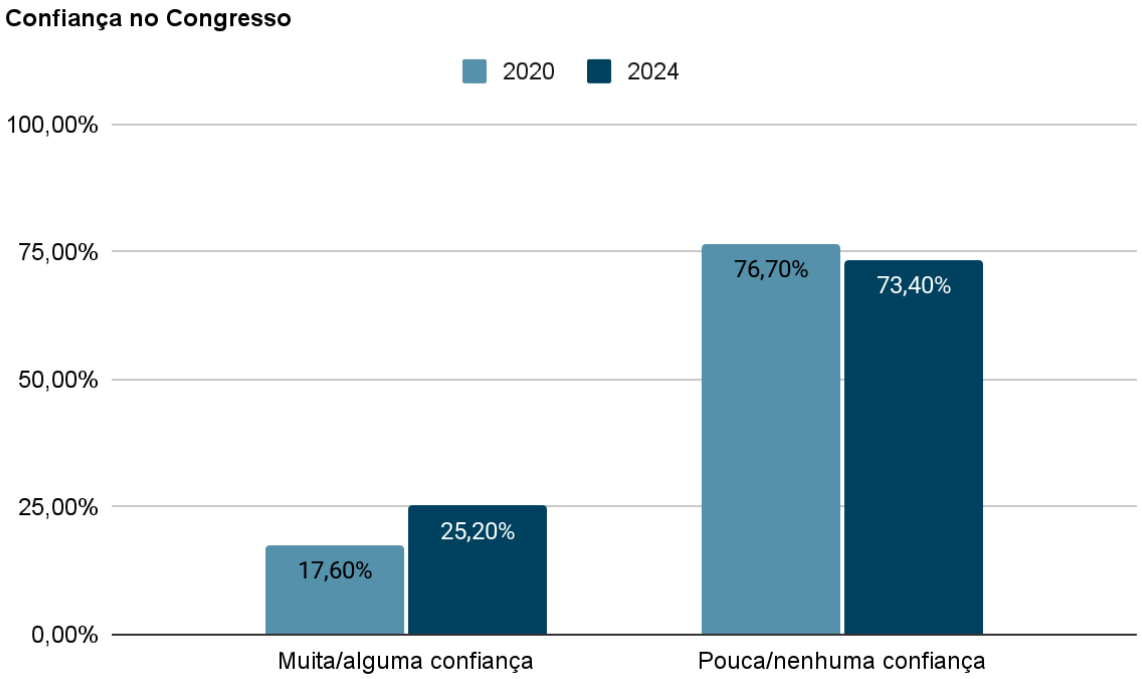


Os dados acerca da confiança na Instituição Eleitoral do país mostraram oscilações mais notórias. Em 2020, 14,8% dos argentinos diziam ter confiança, enquanto 77,4%

possuíam algum grau de desconfiança. Quatro anos depois, o nível de confiança subiu para 30,1%, enquanto a desconfiança baixou para 61,4%.



Quanto ao governo, observa-se um movimento similar ao dos partidos políticos. A confiança, que era de 22,5%, em 2020, subiu para 31,8% no ano de 2024. Por sua vez, o nível de desconfiança baixou de 73,8%, em 2020; para 67,2%, em 2024.



A desconfiança no Congresso e nos parlamentares argentinos teve uma leve variação, mas permaneceu majoritária em ambos os períodos, sendo de 76,7%, em 2020; e de 73,4%, em 2024. A porcentagem da população que declarava ter confiança no Congresso subiu de 17,6%, em 2020; para 25,2%, em 2024.

Na Argentina, o nível de confiança em todas as instituições políticas aumentou. O que prova a Hipótese Alternativa.

Tabela que representa a variação de pontos percentuais no período da pesquisa:

Variável	Brasil 2018-2023 2023-2024	México 2017-2023 2023-2024	Peru 2020-2023	El Salvador 2018-2023 2023-2024	Bolívia 2018-2020 2020-2023	Argentina 2020-2024
Satisfação com a Democracia	2023:+22,6 2024: -3,1	2023:+19 2024:+13,2	2023:-3	2023:+53 2024:-2,2	2020:+1,3 2023:-5	2024:+25,3
Aprovação da gestão do governo chefiado pelo Presidente (nome)	2023:+54,9 2024: -7,8	2023:+38,7 2024:+16,6	2023:-55	2023:+67,9 2024:-3	2020:-25,6 2023:+25,1	2024:+10,5
Confiança nos Partidos Políticos	2023:+12,1 2024: -2,7	2023:+15,6 2024:+5,8	2023: +0,5	2023:+16,2 2024:-0,8	2020:+4 2023:-2,5	2024:+15,3
Confiança na instituição eleitoral do país	2023:+13,2 2024: -3,7	2023:+12,7 2024:+10,5	2023:-1,5	2023:+24,3 2024:+5,3	2020:+2,3 2023:-2,5	2024:+15,3
Confiança no Governo	2023:+25,2 2024: -4,6	2023:+23 2024:+13,6	2023:-6,9	2023:+59,9 2024:-4,4	2020:-8,6 2023:+3,7	2024:+9,3
Confiança no Congresso	2023:+17,4 2024:-3,5	2023:+8,8 2024:+20,9	2023:-2,3	2023:+40,1 2024: -9,7	2020:-1,5 2023:+0,6	2024:+7,6

O caso do México se distingue do Brasil pelo fato de que após o término do governo do presidente analisado não houve declínio no nível de confiança nas instituições. Isso pode ter ocorrido por alguns fatores, como o fato de que o Brasil já teve experiência com o presidente eleito posteriormente ao Jair Bolsonaro e sua figura associada ao seu partido é um dos grandes motivos de polarização política atualmente no país; enquanto a Claudia Sheinbaum é uma figura pública relativamente nova no México e que é filiada ao mesmo partido de AMLO, o que pode indicar uma confiança depositada por conta de sua proximidade ao presidente prévio, porém esta diferença também pode estar correlacionada ao aumento de confiança nas próprias instituições e por isso, não ter ocorrido um declínio com a troca de mandato.

O Peru é o país que apresentou a maior nível de desconfiança política um de dois países que houve o decrescimento no nível de confiança após a posse do presidente analisado, o que é compreensível, já que houveram poucos presidentes na história do país a terminar seu mandato e o candidato que a população depositou confiança de haver algum tipo de melhoria teve atitudes inconstitucionais de tal maneira que foi necessário realizar um *impeachment.*

Ambos os países de El Salvador e Argentina não apresentaram dados sobre o nível de confiança posterior à finalização de seus mandatos, por estes ainda assumirem o cargo de presidente em seus respectivos países. O fato de não ter dados após a conclusão de seu mandato cega o estudo de compreender o impacto completo de seus mandatos no nível de confiança.

Considerações Finais

A questão norteadora deste trabalho era entender se a eleição de lideranças que criticam o sistema político resultaria em um aumento no nível de confiança nestas instituições criticadas. Algo intrigante pois de acordo com alguns autores, como Mair (2013), a eleição de lideranças com pautas antissistema aumentam o nível de desconfiança e apatia para com as instituições políticas. Contudo, nesta pesquisa os resultados indicam que ao eleger uma figura antissistema o nível de confiança nas instituições aumenta.

A diferenciação entre os resultados sobre a aprovação da gestão de governo chefiado pelo presidente e o nível de confiança no governo comparado a confiança no congresso e no judiciário realçam como a percepção das instituições melhoram por conta da ligação com o presidente em questão e quanto mais distante a instituição se posiciona do presidente,, pior se

torna sua percepção, inclusive estas instituições que são mencionadas são alvos de crítica por parte de candidatos e presidentes antissistema.

Algumas limitações desta pesquisa foram o fato de que apesar de ser possível perceber o impacto dos presidentes no nível de confiança, como as perguntas não foram feitas para a mesma amostra populacional ao longo dos anos, não foi possível averiguar a variação na percepção individual. Além disso, não foi possível averiguar os resultados de forma completa para alguns países, pelo fato de não haverem dados durante o governo -por conta da duração curta do mandato, no caso do Peru e Bolívia- ou após o governo -no caso de países em que o presidente com características antissistema ainda está executando seu mandato, como em El Salvador e Argentina.

Dito isto, os resultados desta pesquisa possibilitam a realização de um estudo sobre a consequência do mandato para as instituições políticas, a médio prazo, para entender o dano que é mais dificilmente revertido e se este tipo de governo abre portas para mais ideias extremas. Outra possibilidade é averiguar se a organização civil aumentou, diminuiu ou se manteve durante o mandato das lideranças antissistema, pois isso seria um indicador para investigar se a qualidade da democracia aumentou, ou apenas a percepção sobre esta.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Oswaldo E. do. **The Victory of Jair Bolsonaro According to the Brazilian Electoral Study of 2018**. Political Science Review, v. 14, n. 1, 2020.

Brasilio Sallum Jr. e Jefferson Goulart: **"Liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula"**. Revista de Sociologia e Política, n. 24, vol. 60, 2016.

André Singer: "**Raízes sociais e ideológicas do lulismo".** Em: Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; pp. 51-83.

André Borges e Robert Vidigal: **"Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras"**. Opinião Pública, Campinas, vol. 24, nº1, 2018, pp. 53-89.

Flávia Biroli: **"O fim da Nova República e o casamento infeliz entre neoliberalismo e conservadorismo moral"**. In: BUENO, Winnie; BURIGO, Joanna; MACHADO, Rosana Pinheiro; SOLANO, Esther (orgs.). Tem saída?: ensaios críticos sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2017, pp. 17-26

Débora Messenberg: **"A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros"**. Sociedade e Estado, Brasília, vol. 32, nº 3, 2017, pp. 621-647.

Fábio Wanderley Reis: **"Eleição de 2014:"país dividido" e questão social".** Em debate, Belo Horizonte, vol. 24, v. 6, nº 6, 2014.

Leonardo Avritzer et al (org.): **Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política**. São Paulo: Autêntica, 2020.

MACHADO, Maria das Dores Campos: **Religião e política no Brasil contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos.** Religião & Sociedade. Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, 2015, pp.45-72.

BURITY, Joanildo. **The Brazilian Conservative Wave, the Bolsonaro Administration, and Religious Actors.** Political Science Review, v. 15, n. 3, 2021.

ADORNO, Theodor. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020. 103 p.

ARELLANO, Ángel. ¿Cómo el presidente "más cool" se convirtió en autócrata? **Diálogo Político**, São Paulo, 3 abr. 2025. Disponível em: https://dialogopolitico.org/agenda/analisis/presidente-mas-cool-bukele-autocrata. Acesso em: 11 nov. 2025

AZEVEDO, Fernando A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, abr./maio 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29399.pdf. Acesso em: 23 fev. 2020.

BAQUERO, Marcello. **A vulnerabilidade dos partidos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

BASTOS DOS SANTOS, João Guilherme et al. WhatsApp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018. **Comunicação & Sociedade**, Braga, v. 41, n. 2, p. 307-334, 2019. DOI: 10.15603/2175-7755/cs.v41n2p307-334.

BONIFÁCIO, Robert. José Álvaro Moisés (org) - Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, abr. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Orgs). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004, p. 21-33.

CASTELLS, Manuel. **De la crisis económica a la crisis política**. Madrid: La Vanguardia Edicciones, 2016.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTROMIL, Antón R.; VEGA, Yañez Mario. The Polarized Public Opinion in Bolivia and Spain: Democratic Conflict or Political Intolerance? In: TELLES, Helcimara S.; SILVA, Joscimar S. (ed.). **Public Opinion and Turmoil In Latin American Democracies**. Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2025. p. 163-194.

DE LUCA, Miguel. Political Recruitment and Candidate Selection in Argentina: Presidents and Governors, 1983 to 2006. In: SIAVELIS, Peter M.; MORGENSTERN, Scott (Org.). **Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America**. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2008

ELEIÇÕES em El Salvador: Nayib lidera com folga e se declara presidente reeleito. **G1**, Rio de Janeiro, 5 fev. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/02/05/eleicoes-el-salvador-resultados.ghtml. Acesso em: 03 fev. 2025.

Pedro Castillo, ex-presidente do Peru, é condenado a 11,5 anos de prisão. **CNN Brasil**, São Paulo, 27 nov. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/pedro-castillo-ex-presidente-do-peru-e-condenado-a-115-anos-de-prisao/. Acesso em: 29 nov. 2025.

FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, Alessandra; DIAS, Heloisa; JORGE, Vladimyr L. Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, n. 41, 1998.

FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção, democracia e legitimidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

KRAUSE, Silvana et al. Population Aging and Dissatisfaction with Democracy: Evidence from a 2-Level Model in Latin America. In: TELLES, Helcimara S.; SILVA, Joscimar S. (ed.). **Public Opinion and Turmoil In Latin American Democracies**. Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2025.

LIRA, Elvira Cuadra. El Bukelismo: marca registrada de autoritarismo. **Diálogo Político**, São Paulo, 29 jan. 2024. Disponível em: https://dialogopolitico.org/agenda/analisis/el-bukelismo-marca-registrada-de-autoritarismo. Acesso em: 1 nov. 2025.

LUCCA, Juan Bautista et al. The 2023 Elections in Argentina, Mexico and Paraguay in Comparative Perspective. In: TELLES, Helcimara S.; SILVA, Joscimar S. (ed.). **Public Opinion and Turmoil In Latin American Democracies**. Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2025. p. 195-217.

MAIR, Peter. **Gobernando el vacío**: la banalización de la democracia occidental. Madrid: Alianza, 2015.

MAIR, Peter. **Ruling The Void**: The Hollowing Of Western Democracy. London: Verso, 2013.

MARQUES, Danusa. Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 95, 2021. Disponível em: https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/117. Acesso em: 20 set. 2025.

MARTÍNEZ, José C. O Presidente mais *cool*? Bukele, o autocrata do século XXI. **Diálogo Político**, 16 jun. 2021. Disponível em: https://dialogopolitico.org/agenda/analisis/presidente-mas-cool-bukele-autocrata. Acesso em: 30 nov. 2025.

MIGUEL, Luis Felipe. Despolitização e antipolítica: a extrema-direita na crise da democracia. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 1-20, set./dez. 201.

MORA, Ricardo. *El Bukelismo*: marca registrada de autoritarismo. **Diálogo Político**, 15 nov. 2023. Disponível em: https://dialogopolitico.org/agenda/analisis/el-bukelismo-marca-registrada-de-autoritarismo. Acesso em: 30 nov. 2025.9.

MORGENSTERN, Scott; SIAVELIS, Peter M. Pathways to Power and Democracy in Latin America. In: SIAVELIS, Peter M.; MORGENSTERN, Scott (Org.). **Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America**. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2008. p. 371-390.

MORLINO, Leonardo. **Qualities of democracy**: how to analyze them. Aberdeen: Centre for the Study of Public Policy, University of Aberdeen, 2009. (Studies in Public Policy, n. 465).

PENTEADO, Claudio Luis C.; LERNER, Celina. A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 12-24, abr. 2018.

POWER, Timothy J.; MOCHEL, Marília G. Political Recruitment in an Executive-Centric System: Presidents, Ministers, and Governors in Brazil. In: SIAVELIS, Peter M.; MORGENSTERN, Scott (Org.). **Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America**. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2008

SAMUELS, David. Political Ambition, Candidate Recruitment, and Legislative Politics in Brazil. In: SIAVELIS, Peter M.; MORGENSTERN, Scott (org.). **Pathways to power**: political recruitment and candidate selection in Latin America. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2008. p. 257-280.

SAMUELS, David. Political Recruitment, Governance, and Leadership in Mexico: How Democracy Has Made a Difference. In: SIAVELIS, Peter M.; MORGENSTERN, Scott (Org.). **Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America**. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2008.

SIAVELIS, Peter M.; MORGENSTERN, Scott. Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America: A Framework for Analysis. In: SIAVELIS, Peter M.; MORGENSTERN, Scott (Org.). **Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America**. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2008.

SILVA, A. L. C. da; CUNHA, S. B. da. Metodologia para avaliação da vulnerabilidade de paisagens à inundação no alto curso do rio Tietê. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 39-55, abr. 2015. Disponível em: https://revistas.usp.br/geousp/article/view/74180. Acesso em: 3 dez. 2025.

SILVA, Joscimar S. Desconfiados, conectados e indignados: Crise de representação e mídias digitais no Brasil, México e Peru. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 65-95, jan.-abr. 2022.

SILVA, Joscimar Souza; TELLES, Helcimara. Representation Crisis, Reconfiguration of Political Information Sources, and Digital Political Leadership in Brazil, México and Peru. In: TELLES, Helcimara S.; SILVA, Joscimar S. (ed.). **Public Opinion and Turmoil In Latin American Democracies**. Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2025

SILVA, Joscimar Souza et al. Turmoil in Latin American Democracy and Changes in the Public Opinion. In: TELLES, Helcimara S.; SILVA, Joscimar S. (ed.). **Public Opinion and Turmoil In Latin American Democracies**. Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2025.

SILVA, Joscimar S. Valores e crise de representação na América Latina: podemos antever um personalismo político. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 25, p. 269-287, 2018. Disponível em: http://oaji.net/articles/2020/4826-1589543313.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

SOLANO, Esther. **Crise da Democracia e Extremismos de Direita**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2018.

TELLES, Helcimara S. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o boom da direita na política nacional? **Interesse Nacional**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 28-46, 2015.

TELLES, Helcimara S. Democracia de democratas insatisfeitos e a emergência dos alternative-rights. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 25-30, abr. 2018.

TELLES, Helcimara et al. Religion and Dominionism: The Battle for God Against Evil in Brazilian Politics. In: TELLES, Helcimara S.; SILVA, Joscimar S. (ed.). **Public Opinion and Turmoil In Latin American Democracies**. Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2025.

VEIGA, Luciana; LOPES, Nayla. When the Reality Imposes a Tipping Point: Denialism and Conspiracy Theories in the Evaluations of Bolsonaro's Performance in Environmental Policies and Covid-19 Responses in Brazil. In: TELLES, Helcimara S.; SILVA, Joscimar S. (ed.). **Public Opinion and Turmoil In Latin American Democracies**. Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2025.

WEBER, Max. A política como vocação. In: WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 16. ed. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2000.